

proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

A questão étnica e os movimentos sociais

*Negros e mestiços:
vida, trabalho
e movimento*

*Povos indígenas,
meio ambiente e
desenvolvimento*

*Vida de negro e
luta pela terra
no Maranhão*

*Internacional:
a questão
das nacionalidades*



proposta

30
anos de
FASE
1961-1991

A QUESTÃO ÉTNICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

SUMÁRIO

Cartas3

Editorial

500 anos: e agora?
(Conselho Editorial)4

Educação popular

A questão étnica e os
movimentos sociais
(Hamilton Cardoso)5

Índios: passado, presente e
futuro do Brasil
(Eliane Potiguara)9

Comunidades negras rurais do
Maranhão: a histórica resistência
de um povo
(Magno José Cruz)13

Frente à Frente Negra Brasileira
(Cuti-Luiz Silva)18

Sexualidade e identidade da
mulher negra
(Magda Isabel)22

Ideologia racial e estrutura social
(Yedo Ferreira)24

Imprensa negra e liberdade
de imprensa
(Togo Iorubá)26

Negros e mestiços: vida,
cotidiano e movimento
(Entrevista de Carlos Hasenbalg)28

Os ventos do Leste sopram
sobre o Brasil
(Depoimento de Rubem César Fernandes)38

Leitura

Cabeça de negro e de índio
(Da Redação)44

Vídeos

Imagens em construção
(Mabel Faria de Melo)45

Próximo número:

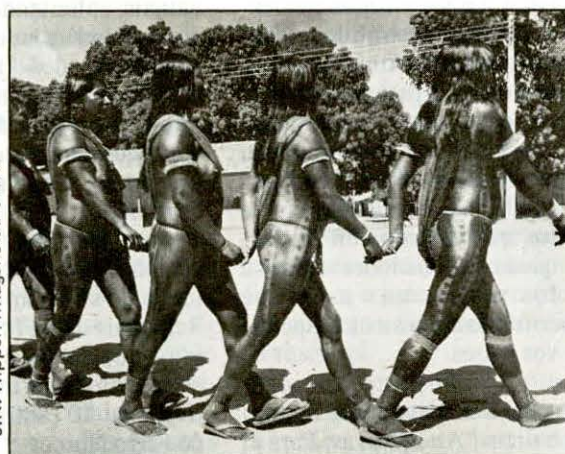
A educação das classes
populares

Jorge Mendes/AJB



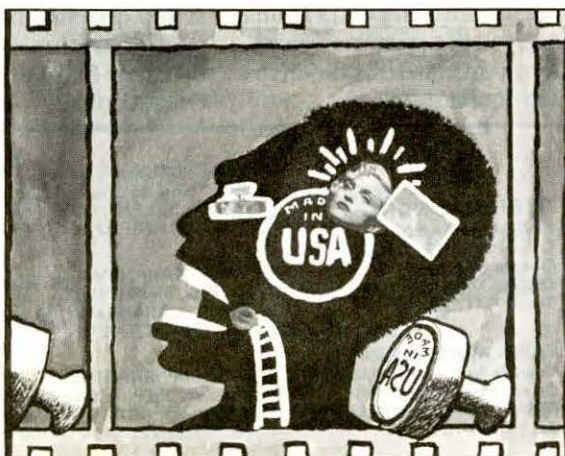
A discriminação racial no Brasil é um fato. Os negros recebem salários mais baixos, estudam menos e sofrem uma terrível opressão cultural (página 28)

J.R. Ripper/Imagens da Terra



Um novo movimento indígena está surgindo no Brasil. E se prepara para colocar suas aspirações de desenvolvimento na Eco-92 (página 9)

YKENGA



Ver a sociedade a partir exclusivamente da oposição entre capitalista e trabalhadores não dá conta da heterogeneidade do mundo social e cultural brasileiro (página 5)

CARTAS

CARTAS é um espaço aberto aos leitores de **Proposta** para troca de informações, críticas, polêmicas, sugestões, etc. As cartas devem vir assinadas e com endereço do remetente. Podem ser selecionadas para publicação no todo ou em parte. Devem ser enviadas para Revista Proposta, Rua Bento Lisboa, 48 - Catete, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22221.

Plano Diretor

O projeto de lei do Plano Diretor de São Paulo, elaborado pelo Executivo, foi enviado à Câmara Municipal no dia 5 de fevereiro de 1991 e deverá ser votado até abril de 1992.

A Comissão de Constituição e Justiça já aprovou o projeto e agora ele está na Comissão de Política Urbana. A Comissão seguinte a analisá-lo será a de Finanças e Orçamento e depois o projeto passa ao plenário dos vereadores para ser votado.

Este Plano Diretor introduz uma nova lógica de ocupação do território da cidade para transformar as condições críticas de transportes, moradia e meio ambiente.

Para subsidiar os debates e discussões que vêm ocorrendo nos mais variados setores da sociedade sobre os instrumentos propostos no

projeto de lei, a Secretaria Municipal de Planejamento está produzindo diversos materiais informativos.

Estou enviando, num primeiro momento, o folheto "Plano Diretor de São Paulo ao Alcance de Todos", e *folders* com as propostas regionalizadas.

Atenciosamente

Rosana Côrnea
Assessora de Imprensa
Prefeitura de São Paulo
São Paulo SP

Intercâmbio

Apreciables señores:

Por intermedio de Soraya de Carvalho, he recibido el nº 27 de su publicación **Proposta** he rebusado cuidadosamente varios de sus artículos, en los mismos encuentro elementos válidos, tanto en la experiencia teorica, como en la practica concreta de nuestros países, por lo cual considero esta publicación un excelente medio para el intercambio de información entre los que estamos en la búsqueda de soluciones validas a los problemas a que se enfrentan nuestros respectivos países.

Adjunto a la presente tres números de nuestro boletín "Alternativas: Para el Desarrollo Rural Sostenido"; la información contenida en el mismo puede ser reproducida y utilizada en la forma que ustedes crean conveniente, ya que nuestros objetivos son similares.(...)

Muy fraternalmente,

Mario Ardón Mejía
Investigador Social
Departamento de Protección Vegetal
Tegucigalpa
Honduras

Ferroviários: denúncia

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru e Mato Grosso do Sul remete-lhes este relatório com o objetivo de informar sobre a grave situação que atravessa a categoria metro-ferroviária do Brasil.

Este relatório é endereçado ao Congresso Nacional, partidos políticos, sindicatos, centrais sindicais, entidades nacionais e internacionais, solicitando a denúncia e providências do governo brasileiro - já que a RFFSA/CBTU são empresas públicas - visando pôr fim ao ataque contra a categoria e dirigentes sindicais metro-ferroviários.

Os fatos aqui relacionados estão ocorrendo em todas as superintendências Regionais da RFFSA/CBTU, mas descrevemos o que ocorre na Superintendência Regional 10 (antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), que tem sede na cidade de Bauru, município localizado no interior de São Paulo, sendo que sua abrangência administrativa atinge dois estados: São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Logo após a posse do governo Collor e a consequente mudança das esferas administrativas das empresas estatais, no caso da RFFSA, presidida pelo sr. Martiniano Lauro do Amaral, a categoria ferroviária, bem como suas entidades de classe vêm sofrendo um ataque sistemático da direção da empresa, que é articulado em todos os níveis, visando com esta prática inibir, reprimir, desmontar qualquer iniciativa de organização sindical, mantendo uma postura cotidiana de agressão, o que tem se agravado.

Os ferroviários nos últimos anos têm sido o alvo predileto de práticas repressivas impostas pelos "cartéis ditatoriais e corporativistas", que têm gerido a empresa. Esta agressão se materializa em vários planos: desmonte do Sistema Nacional do Transporte Ferroviário; constante degradação das condições de trabalho; baixos salários e exploração de mão-de-obra (chegando em muitos casos a condições desumanas); investidas sem precedentes na história, que a empresa vem desenvolvendo contra os dirigentes sindicais da categoria, que entre demitidos e com o contrato suspenso chegam à casa de 61 dirigentes, sendo que somente na Superintendência Regional 10 - Bauru o número é de nove.

Nestes últimos dois anos, a categoria ferroviária da SR-10 foi violentamente agredida através das ações perpetradas contra dirigentes de sua entidade de clas-

FASE

A SERVIÇO DA
EDUCAÇÃO POPULAR

FASE - NACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58
Catete
22221 - RIO DE JANEIRO - RJ
Tel.: (021) 285-2998

REGIONAL NORTE

FASE - MARABÁ
Caixa Postal 73, Folha 27,
Quadra 07 ou Lote 07
68500 - MARABÁ - PA
Tel.: (091) 322-1591

FASE - ABAETETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440 - ABAETETUBA - PA
Tel.: (091) 751-1181

FASE - BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329
66030 - BELÉM - PA
Tel.: (091) 222-0318

FASE - CAPANEMA

Av. Pres. Médici, 1992
68700 - CAPANEMA - PA
Tel.: (091) 821-1716

FASE - IMPERATRIZ

Rua Leônicio Pires Dourado, 880
65900 - IMPERATRIZ - MA
Tel.: (098) 721-4474

FASE - SÃO LUÍS

Rua do Pespontão, 256 - Centro
65010 - SÃO LUÍS - MA
Tel.: (098) 221-1175

FASE - VALE DO GUAPORÉ

Rua Darci de Freitas Queiroz, 1160
Centro
78250 - PONTES E LACERDA - MT

FASE - MANAUS

Rua Major Gabriel, 443 - Centro
69013 - MANAUS - AM
Tel.: (092) 234-6761

se: prisões, afastamentos, demissões por justa causa, espancamento, despejo de imóveis, transferências sem critério para localidades inóspitas, descumprimento de acordo coletivo, sentenças de tribunais, etc...

Com estas demissões, suspensões de contrato ou afastamento de dirigentes, busca a empresa remover o único obstáculo que tem dificultado no plano imediato que as "condições de trabalho escravo" sejam impostas à categoria, já que as demissões em massa e a falta de investimentos degradam as condições de trabalho, e por conseguinte o dia-a-dia do trabalhador ferroviário. Em um plano superior os ferroviários têm sido, heroicamente, o pólo de resistência contra a entrega definitiva deste Patrimônio Público, haja vista a realização do *Infer* (Encontro Nacional dos Ferroviários, realizado nos dias 14 e 15 de agosto de 1991, no Auditório "Nereu Ramos", em Brasília, onde foi apresentado um conjunto de propostas que servem de base para aprofundar a discussão da problemática dos transportes em nosso país, indo às suas raízes, identificando os fatores econômicos e políticos que a condicionam.

Para agravar toda esta situação, a atuação firme dos sindicatos tem contrariado interesses menores, de grupos políticos regionais, como no caso da SR-10, que transformara o ato de administrar um bem público em uma máquina de garantir privilégios, onde campeiam toda

sorte de atos abusivos e práticas despóticas de uma burocracia reacionária, encastelada no poder.

Um fator extremamente preocupante é que a empresa tem usado uma série de atitudes que procuram inibir diariamente a ação sindical. Quando a empresa não cumpre acordos e/ou direitos trabalhistas e o empregado move ação na Justiça para fazer valer seus direitos, o mesmo é ameaçado ou demitido, como ocorreu em Campo Grande/MS com os eletricitistas que ganharam a ação para receberem adicional de periculosidade e tiveram que abrir mão sob pena de demissão.

Em relação aos dirigentes sindicais e delegados que detêm a estabilidade provisória, a empresa tem usado o artifício da "suspensão do contrato de trabalho", com base em comissões de sindicância, designadas pelos superintendentes, normalmente compostas de prepostos da empresa que detêm cargos de confiança comissionados, onde o direito de defesa é nulo e em 100% dos casos, consideram o empregado/dirigente "culpado".

O segundo passo da empresa é ajuizar Ação na Justiça do Trabalho, pedindo a apuração de falta grave. Neste período o dirigente sindical perde todos os seus direitos, inclusive salários. Aposta a empresa na lentidão da Justiça do Trabalho e vai reproduzindo arbitrariamente esta postura.

Para ilustrarmos melhor mencionaremos o

caso Roque José Ferreira, presidente do sindicato, que teve seu contrato de trabalho suspenso em setembro de 1990. No dia 3 de março de 1991 a empresa faltou à audiência, o que determinou pena de confesso contra a mesma. Como a Junta de Conciliação e Julgamento de Bauru marcou para o dia 11 de setembro de 1991 o proferimento da sentença, os administradores da empresa, em uma atitude que demonstra o total desrespeito às leis e ao direito, no dia 28 de agosto de 1991 comunicam ao Sindicato dos Ferroviários de Bauru, que o senhor Roque José Ferreira, continuará com seu contrato suspenso, independentemente do resultado da sentença proferida pela Justiça do Trabalho em Bauru.

Este fato demonstra o caráter belicoso, a postura ditatorial e corrobora o descrito neste documento.

Entendemos que é chegada a hora de dar um basta a esta situação, pois não será com práticas desta natureza que os trabalhadores ferroviários de Bauru e do Brasil, abdicarão de lutar por melhores condições de vida e trabalho, e pela recuperação do sistema ferroviário de transporte.

Concluimos o presente, solicitando a divulgação destes fatos, pedindo apoio e solidariedade à nossa luta, pressionando os poderes competentes: ministro da Infra-estrutura, presidente da Rede Ferroviária S/A, superintendentes regionais para que providenciem o mais

urgente possível a imediata reintegração dos dirigentes sindicais afastados ou demitidos.

Endereços dos órgãos responsáveis por esta situação:

Rede Ferroviária Federal –
Administração Geral
Praça Procópio Ferreira, 86,
Centro
20020 – Rio de Janeiro/RJ
Pres.: Martiniano Lauro do Amaral

Superintendência Regional
10 (Bauru)
Praça Machado de Mello,
3-95, Centro
17015 – Bauru (SP)
Superintendente Regional:
Eng. João Batista Pacheco Fantim

Ministério da Infra-Estrutura
Esplanada dos Ministérios,
bloco "U"
70065 – Brasília/DR
Ministro da Infra-Estrutura:
João Santana

Saudações sindicais,

Roque José Ferreira
Presidente do STEFBU
Bauru SP

Errata

O redator da revista **Proposta** 50, sobre "Organização sindical nos locais de trabalho", é Luís Antônio Carvalho. Por equívoco de edição seu sobrenome não foi publicado corretamente nos créditos. Outro equívoco com sobrenomes ocorreu no artigo "No ar, as lutas sindicais", da seção "Vídeo", também do nº 50 desta revista: o artigo é de Mabel Faria de Melo.

REGIONAL NORDESTE

FASE - RECIFE

Rua Barão de S. Borja, 495
Boa Vista
50070 - RECIFE - PE
Tel.: (081) 221-5478

FASE - FORTALEZA

Rua Prof. João Bosco, 73
Parque Araxá
60430 - FORTALEZA - CE
Tel.: (085) 223-4056

FASE - ITABUNA

Rua Barão do Rio Branco, 93/1º andar
Califórnia
45600 - ITABUNA - BA
Tel.: (073) 211-4498

FASE - MACEIÓ

Rua Gonçalves Dias, 62
Farol
57055 - MACEIÓ - AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE - ICÓ

Rua Dr. Inácio Dias, 2148
63430 - ICÓ - CE
Tel.: (085) 731-1064

SUDESTE/SUL

FASE - RIO

Av. Pres. Wilson, 113 - Conj. 1302
Centro
20030 - RIO DE JANEIRO - RJ
Tel.: (021) 220-7198 e 262-2565

FASE - VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377
2º pavimento
29015 - Vitória - ES
Tel.: (027) 223-7436

FASE - SÃO PAULO

Rua Loeffgren, 1651 - C/6
Vila Clementino
04040 - SÃO PAULO - SP
Tel.: (011) 549-3888 e 549-1307

FASE - JABOTICABAL

Rua Mimi Alemagna, 37 - Centro
14870 - JABOTICABAL - SP
Tel.: (0163) 22-5219

FASE - PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220 - PORTO ALEGRE - RS
Tel.: (051) 225-0787

500 anos: e agora?

Em 1992, contaremos 500 anos da chegada de Colombo às Américas. Não há o que comemorar. Esta é uma história que está viva e com as chagas abertas. A colonização do "novo mundo" significou o massacre e a escravidão de povos e culturas. Destruíu-se a cultura indígena, fez-se escravo o negro africano. São as nossas raízes.

Este número de **Proposta** se propõe a discutir a relação dos movimentos sociais com as populações não-brancas do Brasil. As lutas e a resistência de negros e índios são uma memória e também um presente. Os movimentos indígenas se recriam, os movimentos sociais dos negros procuram interferir nas relações raciais e sociais do país. A modernização conservadora, que expropriou os trabalhadores de terra e de salário e aprofundou as desigualdades, teve também um aspecto racial muito forte — excluiu os povos indígenas e atribuiu ao negro a parte inferior da pirâmide social. Tentou-se impor um "estatuto de branquitude" ao país, a partir de uma auto-imagem das elites, dolorosamente imposta à maioria da população.

O Brasil que se democratiza é um país que questiona as desigualdades e também a auto-imagem racial dominante que se construiu ao longo de sua história. Assim como a educação formal é questionada pela maneira como reproduz o racismo e uma visão do índio como perigoso e selvagem, a educação popular também não está alheia a esse questionamento. É nesse contexto que se insere esta edição — num contexto de diálogo da educação popular com outras falas, capazes de surpreender, incomodar, questionar, apontar novas questões e novos horizontes.

Conselho Editorial

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS P/ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro, RJ, 22221

Diretoria Executiva da Fase

Jorge E. Saavedra Durão (Coordenador Nacional) •
Maria Emília L. Pacheco (Coordenadora
Nacional Adjunta) • Virgílio Rosa Neto (Diretor
Administrativo Financeiro) • Mateus Enricus
Oterloo (Coordenador Regional Norte) •
Lorenzo Zanetti (Coordenador Regional Sudeste - Sul)
José Orlando Falcão (Coordenador Regional Nordeste) •

proposta

Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejia • Alfons Klausmeyer •
Haroldo Baptista de Abreu • Jean-Pierre
Leroy • João Ricardo Dornelles •
Jorge E. Saavedra Durão • Leandro Lamas
Valarelli • Lourdes M. Gryzbowski •
Maria Emília L. Pacheco
Pedro Claudio Cunha Bocayuva •
Ricardo Tavares

Coordenação Geral

Maria Emília L. Pacheco

Coordenação de Publicações

Alfons Klausmeyer

Editor Responsável

Ricardo Tavares
(Mtb. 18135)

Edição de Arte e Capa

Marcelo Riani Marques

Organizadores

Flávio Rodrigues (FASE-SP)
Ricardo Tavares (FASE-Nacional)

Ilustração

Ykenga

Foto da Capa

João R. Ripper
Imagens da Terra

Editoração Eletrônica

Interface 2000 Ltda

Promoção e Divulgação

Felícia A. de Moraes

Revisão

João Luiz Pacheco
Inácio Dorado

Redação

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
Rio de Janeiro - RJ - 22221
Tel.: (021) 285-2998

A questão étnica e os movimentos sociais

Hamilton Cardoso*

Abordar a questão dos movimentos sociais contemporâneos, enquanto formas de manifestação de importância fundamental na constituição dos cenários atuais, é uma tarefa árdua e espinhosa, dada a ampla generalidade do conceito. Afinal, o que pode ser considerado "movimento social"?

Será a questão étnica – ou como alguns a preferem, a questão racial – uma dessas realidades específicas que se acotovelam a disputar um lugar embaixo desse enorme guarda-chuva conceitual chamado "movimentos sociais"? Ou será algo tão singular que mereça outra caracterização que ultrapasse os limites inerentes ao conceito?

Talvez uma substituição de enfoque nos indique outros caminhos a trilhar e nos possibilite aventar algumas respostas mesmo que parciais.

Desigualdades raciais

Na verdade, nós pensamos que a tão decantada "questão racial" ou "questão étnica" (não importa como a chamem), muito mais que uma questão, são enormes problemas. E problemas que demandam soluções.

Não se pode mais admitir, seja no campo da prática política ou no campo das discussões acadêmicas, o

pecado da omissão ou o reacionarismo da indiferença. Não se pode mais pensar o Brasil em termos de uma estrutura dicotômica onde só existam capital e trabalho, ou capitalistas e trabalhadores. Felizmente os estudos no setor das humanidades têm proposto uma renovação e aberto novas perspectivas que nos possibilitam uma maior compreensão do processo histórico brasileiro, desde a Colônia até os dias atuais.

Não há como negar que a questão dos movimentos sociais foi uma importantíssima aquisição dessa renovação e que cumpre o papel de recuperar os agentes do processo histórico que, experimentando condições determinadas, são encarados como sujeitos de sua história.

De todos os estudos produzidos, e muitos publicados, destaca-se a influência notória da tradição marxista mais recente, principalmente no que diz respeito à confrontação entre a base empírica pesquisada e o instrumental teórico utilizado, superando a caduca e ineficaz separação entre a teoria e a prática, dando um salto qualitativo (diga-se de passagem) democrático, no que tange ao comprometimento com as transformações sociais. No entanto, este comprometimento, tácito e positivo, esvaziava-se em meras boas intenções, por vezes não muito transparentes, no que diz respeito à superação das desigualdades raciais.

Chega-se a denunciar, ou mesmo analisar em suas minúcias, o caráter racista e prepotente dos detentores do poder; acusa-se a inerência discriminatória de nossas instituições; publicam-se índices, gráficos, tabelas, etc... que comprovam a marginalização a que foram submetidas as populações não-brancas no Brasil. Mas não se pensa

numa forma prática e eficaz de intervenção que supere essas inumanidades.

Penetra-se fundo nas questões de poder subjacentes às relações entre os homens; nas relações entre classes; nas relações entre sexos – mas não se pára para refletir na violência da imposição do "estatuto da branquitude" daqueles que se pensam descendentes de europeus, sobre as bases da edificação cultural das populações não-brancas, e, no caso brasileiro, principalmente as de origem africana.

Esses – e muitos outros – são problemas que estão a exigir um tratamento mais sistemático na órbita das discussões sobre os movimentos sociais. Qualquer proposta de transformação social não pode prescindir da discussão dessas realidades; deve encará-las não só como problemas específicos que cabe aos grupos atingidos discutir, mas como problemas sociais prementes que reivindicam soluções gerais para a totalidade do social.

Distanciamento das esquerdas

Tanto no plano teórico como no prático, as esquerdas no Brasil (ver boxe), particularmente do final da

O Brasil não pode ser pensado somente em termos de relações entre capitalistas e trabalhadores

*Jornalista, ligado ao movimento negro brasileiro. Colaboraram na elaboração deste artigo Wilson Roberto de Mattos, mestrando em História na PUC-SP; Paulino de Jesus Francisco Cardoso, mestrando em História na PUC-SP; e Silvia Jorge Camara, bacharel em Ciências Sociais pela PUC-SP.

década de 1970 em diante, com o final da ditadura militar, rearticularam-se novamente em torno de novas (nem tão novas) questões – dentre as quais, as que versavam sobre os problemas das relações raciais. Mesmo porque ela se viu pressionada pelas constantes movimentações populares autônomas que, independentemente da sua orientação, ganhavam corpo e significação no cenário político nacional.

Um dos exemplos dessas constantes movimentações foi o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, nascido de um ato público anti-racista, que se realizou nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em 7 de julho de 1978. Dezesesseis dias depois, quando já nascera e deixara estupefata a sociedade, ao dar seu primeiro passo, modificou seu nome. Passou a chamar-se Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Afastaram-se todos os outros grupos não-negros que se posicionavam como anti-racistas mas que não estavam dispostos a encarar tão simplesmente a especificidade da luta negra contra a discriminação racial. Incluem-se aí os grupos e núcleos de homossexuais e de mulheres brancas e representantes do movimento sindical.

As organizações de esquerda se afastaram, continuando a encarar a luta mais geral contra a exploração como algo desvinculado, que, à custa da sua composição social, de homens e mulheres de boa vontade, contemplaria, naturalmente, a luta contra a discriminação racial. Para estas organizações, o combate ao racismo e a discriminação era tarefa exclusiva dos próprios discriminados. Eles poderiam colaborar mas ... de fora.

Nesse sentido uma rápida análise do comportamento cultural das esquerdas nos anos 70 e 80 é bastante curioso e nos mostra a ineficácia e a inadequação desta avaliação.

Neste período, a esquerda brasileira, que buscou colocar-se à frente dos movimentos sociais, dançou. Dançou samba, principalmente. O samba, não podemos esquecer, é uma das armas de afirmação da identidade cultural negra, e serviu como porta de entrada de homens e mulheres brancos de esquerda no imaginário cultural popular.

Junto com o samba, percebe-se, mais recentemente, uma valorização

As esquerdas e a questão racial brasileira

As esquerdas brasileiras, até a década de 1970, não possuíam um discurso de combate ao racismo, mas alegavam que suas propostas contemplavam a população negra, o racismo sendo compreendido como consequência da pobreza generalizada dos negros, o que equivale dizer que racismo é uma questão de classe.

Nos documentos políticos das organizações clandestinas que resistiram ao regime militar, não encontramos quase nenhuma referência à realidade racial negra no Brasil. Apenas o PC do B, como dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em seu manifesto-programa de fevereiro de 1962, fez menção à realidade racial negra, posicionando-se contrário a todas as formas de racismo, sem, contudo, dimensionar em que medida a opressão oriunda da discriminação racial interfere na luta política.

Alguns nomes importantes da academia brasileira têm apontado para o perigo da ortodoxia das esquerdas brasileiras, ao ressaltarem que as práticas políticas de modo geral não têm considerado as diversidades de nossa realidade, assim como os aspectos culturais. Esse desconhecimento cria obstáculos para a unificação de forças, na medida em que o discurso da “vanguarda revolucionária” não sensibiliza os grupos subalternos e, com isso, não é capaz de criar uma base social hegemônica (ver, por exemplo, Caio Prado Jr., *A revolução Brasileira*, SP, Brasiliense, 1972).

Acreditamos que, na complexidade das contradições de exploração e dominação dos trabalhadores brasileiros, há um componente fundamental a ser levado em consideração – o racismo –, cujo entendimento pode auxiliar o processo de compreensão das formas de dominação na sociedade brasileira.

A marginalização do contingente populacional negro do processo produtivo, através do desem-

prego, subemprego, rotatividade de mão-de-obra, salários mais baixos, etc., tem ocorrido por uma curiosa articulação ideológica que institui o racismo ora na condição de classe, ora na de raça. A relação negro-capital-trabalho encerra a contradição raça e classe, determinando a absorção da população negra na estrutura de classes de acordo com as necessidades de reprodução do capital e da orientação ideológica racial vigente. Isso acaba delineando um quadro onde os negros ocupam as piores posições sociais e recebem os mais baixos salários, quer estejam no setor primário, secundário ou terciário. Dessa forma, o elemento racial – ser negro –, vinculado à condição social – ser pobre –, pode ser considerado um fator de verificação do grau de exploração e dominação de boa parte da classe trabalhadora.

Mesmo quando, no final dos anos 50 e início dos anos 60, as esquerdas conceberam o campesinato como principal foco de sua atuação política, desconheciam os aspectos raciais da estrutura social brasileira. Os dados apresentados pelo Censo do IBGE em 1980 demonstram que pretos e pardos estão majoritariamente no setor primário da economia, portanto, no setor agropecuário. Segundo conclusão do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) do ano de 1976, embora a condição de pobreza possa ocorrer para a população brasileira como um todo, visto que 47% das pessoas com rendimentos possuem renda igual ou inferior a um salário mínimo, a situação é bastante diferente para brancos e negros, na medida em que 38,1% dos brancos têm rendimentos igual ou inferior a um salário mínimo, enquanto que, para pretos e pardos, tais proporções são de 63% e 57,8% respectivamente.

Sem dúvida, na perspectiva de superação de uma realidade de exploração, a chamada esquerda brasileira muito contribuirá para a superação do racismo, na medida em que se estabeleceram melhorias nas condições gerais de vida, eliminando o aspecto material de manifestação do racismo, que é a condi-

ção de pobreza absoluta em que vive a população negra no Brasil. Contudo, isso não eliminará a discriminação social do negro enquanto prática cultural, da qual a própria esquerda não está excluída, até que assuma teórica e praticamente a luta anti-racismo. O primeiro passo nesse sentido é abandonar a interpretação tradicional de que a contradição capital-trabalho possa resolver todos os nossos problemas e diluir as especificidades de opressão como racismo, sexismo, etc, na luta geral. É necessário também que as chamadas esquerdas brasileiras superem sua dificuldade de legitimar-se perante os setores chamados subalternos, por não ter quase nenhuma identidade com esses setores, quer seja étnica ou cultural. (Gevanilda Gomes dos Santos, Maria Inês Barbosa e Maria José Pereira, pesquisadoras e militantes da Soweto-Organização Negra, em São Paulo).

crescente das manifestações da cultura negra como o candomblé, o *reggae* e a recente música afro-baiana. Mas é necessário dizer: a incompreensão da singularidade dos problemas raciais se perpetua.

A juventude branca consome *reggae* sem compactuar com o significado claramente anti-racista de suas composições; sem se importar com a interiorização estética e comportamental de um jeito de ser negro com positividade. Frequentam-se os candomblés como adeptos ou como pesquisadores, sem dimensioná-lo culturalmente como um campo de significações simbólicas que expressam e reelaboram os padrões culturais das populações negras nas suas lutas contínuas e cotidianas contra a dominação e subordinação propiciadas pela hegemonia cultural branca que, ao ingressar nos candomblés com outras tradições e modos de ser, impõem limites à expressividade negra de experienciar na sua cultura a sua condição determinada de discriminado racial.

Negros oficiais

Os brancos ingressaram efetivamente no universo cultural negro. E isto pode até ser positivo, já que vivemos numa sociedade pluriétnica. O problema é que a contrapartida não se efetiva: é difícil ou quase impossível um negro ingressar no universo branco, sem se sujeitar à imposição daquilo que nós chamamos de "estatuto da branquitude", descaracterizando-o como negro. Não desconsideramos as análises dessa relação enquanto um campo de luta e de lutas políticas sérias, mas temos convicção de que o espaço negro nessa arena é bem menor do que o espaço branco, estabelecendo, de início, posições de desvantagens.

Um exemplo de como isso funciona nas instituições oficiais, tanto de direita como de esquerda, é a criação de espaços delimitados onde negros podem atuar na luta contra a discriminação. Com a reestruturação institucional da sociedade e o fortalecimento da democracia representativa burguesa, nos anos 80, para discutir e encaminhar as questões raciais intaurou-se a era das comis-

sões e secretarias específicas de negros nos partidos políticos, nas organizações sindicais e instituições estatais. Criaram-se as "assessorias afro" e os "conselhos de participação da comunidade negra", de forma verticalizada e atrelada, limitando, ao nível institucional, as discussões e propostas de encaminhamento para a superação dos problemas raciais. Restringiu-se o campo da luta política a pequenos "guetos" institucionais que transformaram alguns negros, escolhidos a dedo, dentre aqueles que eles consideram os mais capazes, em negros oficiais dos partidos e instituições. Estas, no exercício das funções que lhes atribuem, perdem, paulatinamente, o compromisso com a causa ou suas conexões com as populações que, supostamente, representam, ou são remunerados para representar.

Talvez seja frutífero discutirmos a viabilidade ou não das instituições oficiais no trato com os problemas das relações raciais. É de se acreditar na preocupação política de algumas delas no que diz respeito a esses problemas, mas as experiências revelam e asseguram que só isso não basta...

Contornados alguns problemas desta coisa chamada "a questão étnica e os movimentos sociais", é preciso fazer algumas observações: neste instante, percebe-se que para uma grande parte dos militantes e envolvidos, os movimentos foram derrotados. A promessa pela qual tanto se lutou, não se realizou.

Esta conjuntura pode ser entendida por um outro prisma: o que está ocorrendo não são os primeiros sinais do fim da história, mas sim um refluxo causado, entre outros motivos, pelo esgotamento das bases que sustentaram tais movimentos. A denúncia, ao ser apropriada pelo discurso da elite dirigente, deslegitimou-lhes a intervenção.

No caso dos movimentos negros, as tentativas de superar este pro-

É preciso que os negros se constituam como uma força, a partir de suas próprias experiências



cesso levou a um grande impasse: ou sucumbir numa estratégia de desterro a partir de uma intervenção centrada na raça, ou perder-se dentro do mundo da esquerda brasileira, de forte influência marxista-leninista, onde, certamente, o espaço negro é o gueto.

O que se vislumbra no final do túnel é a necessidade de reconstruir tudo. Sobre novos pilares. É fundamental que, antes de mais nada, os negros se constituam como uma força. Um poder que encontre na sua própria experiência histórica as respostas para os problemas colocados.

Desta perspectiva, a década que se iniciou está prenhe de promessas. Pela primeira vez na história recente do país, os negros, além de produzirem uma massa de conhecimentos sistematizados sobre si mesmos, estão em condições, também, de produzi-los em relação e sobre o outro, o branco. Isto significa dizer, por um lado, que os brancos intelectuais perderam a autoridade de serem os únicos a falar sobre os temas das relações raciais. E, por outro lado, que, tendo por pressuposto a interação entre acadêmicos e ativistas políticos, comece a ganhar visibilidade a idéia de que o

projeto de sociedade democrática, pluralista e multiétnica, que se quer, não está descartado.

Deste modo, partindo de uma posição de força se pode afirmar: os movimentos sociais contemporâneos e futuros, as organizações comprometidas com as transformações sociais e que visem a implementação de uma democracia de fato, não poderão prescindir das significações contundentes que as populações negras possuem enquanto protagonistas desse processo de transformação, sob pena de serem atropelados pela história. ■

Índios: passado e futuro do Brasil

●
Eliane Potiguara*

Da invasão dos portugueses em 1500 até hoje, a memória que temos em relação à política indigenista brasileira sempre esteve associada aos interesses do Estado. Naquela época, os povos indígenas somavam 5 milhões de pessoas, num contexto de 900 nações. Hoje, os índios brasileiros não chegam a 300 mil, distribuídos em 180 nações e 130 línguas originárias de cinco troncos lingüísticos.

Algumas nações – Pankararu, Potiguara, Xocó, Wassu, Xukuru-Kariri, Pankararé, etc. –, envolvendo mais de 50 mil índios do Nordeste do Brasil, perderam sua identidade lingüística, pela ação devastadora de brancos invasores e das igrejas reacionárias.

Muitos povos vêm migrando de suas terras originais, à procura de melhores condições de vida, fugindo do clima de terror e da matança. Muitas famílias têm deixado sua terra natal para se integrar aos costumes urbanos, que resultam em terríveis consequências sociais, tais como a mendicância, mão-de-obra escrava, prostituição, desintegração psicológica e emocional, alcoolismo e outras deformações psicológicas.

Os índios que vivem nas aldeias enfrentam todo tipo de carência: falta de projeto econômico, de saúde e de educação são alguns dos pontos que podem ser facilmente identificados.

Outro fator que se pode apontar para a desintegração do índio é paradoxalmente a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em pleno golpe militar, em 1964, para “proteger” o índio, mas que na realidade, escapando a esse princípio expresso nos seus estatutos, sempre teve em sua atuação iniciativas contrárias aos interesses indígenas. Substituindo o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a Funai permaneceu tratando o índio como tutelado, isto é, como uma pessoa de menor idade e, por-

tanto, irresponsável pelos atos que praticava.

Vivemos 25 anos de ditadura e repressão, a exemplo de outros governos títeres que por longo tempo sufocaram o seu povo, como no Chile, no Paraguai, na Argentina e em outros países do Cone Sul e da América Central. Nesse período, o povo brasileiro em geral, e os índios em particular sofreram as consequências dessa repressão. Somente através da organização da sociedade civil e de pressões das entidades popu-



J.R. Ripper/Imagens da Terra

* Professora, formada em Educação e Letras pela UFRJ, filha da nação indígena Potiguara (Paráíba). É presidente do Grumim (Grupo Mulher – Educação Indígena), diretora do International Indian Treaty Council e coordenadora da Década da Mulher sob o Racismo (Conselho Mundial de Igrejas). É titular do Comitê Intertribal dos 500 Anos de Resistência do Movimento Indígena Brasileiro.

lares, com o povo nas ruas exigindo abertura política e eleições diretas, com voto livre e soberano, conquistamos a redemocratização do Brasil. Regressaram ao país os exilados, que foram anistiados, os partidos de esquerda saíram da clandestinidade, foram criados novos partidos, inclusive o Partido dos Trabalhadores(PT). Foi eleita uma Assembléia Nacional Constituinte, promulgada uma nova Constituição para o país, tudo isso culminando com as eleições diretas para a presidência da República.

O presidente eleito por via indireta, através do Colégio Eleitoral, em 1985, Tancredo Neves, morreu em condições suspeitas, sem tomar posse, substituindo-o o seu vice, José Sarney, que pertenceu aos quadros da Arena, partido criado pela ditadura militar. Sarney no poder prosseguiu a política de endividamento e pagamento da dívida externa criada pelo regime militar para financiar seus projetos de desenvolvimento, sem que o povo fosse consultado.

Toda essa abertura política, no entanto, foi insuficiente para acabar com o terrorismo no campo, para terminar com as injustiças sociais. A reforma agrária tão necessária não só para fazer justiça aos trabalhadores rurais como para o próprio desenvolvimento do país, até hoje não passou do papel. Os latifundiários prosseguiram impunemente invadindo terras indígenas, os sem-terra continuaram a ser reprimidos, mortes se verificaram e continuam a se verificar no meio rural e nas áreas indígenas, onde tombaram assassinados vários líderes indígenas, dos mais expressivos na luta de nosso povo, como Marçal Tupã Y, Angelo Kretã, Simão Bororo e outros caciques, mortos em emboscada, por madeireiros, mineradores e proprietários rurais empenhados em aumentar suas terras. História recente nos conta um dos mais sórdidos episódios ocorrido no Alto Solimões, na Amazônia, onde foram massacrados 13 índios Tikuna e feridos gravemente a tiros outros 27, inclusive crianças, sem que até hoje os responsáveis por essas chacinas tenham sido punidos.

Dentro desse quadro, não podemos deixar de incluir como vítimas desses agentes, os seringueiros, trabalhadores das florestas que, como os índios, atraem para si o ódio dos latifundiários,

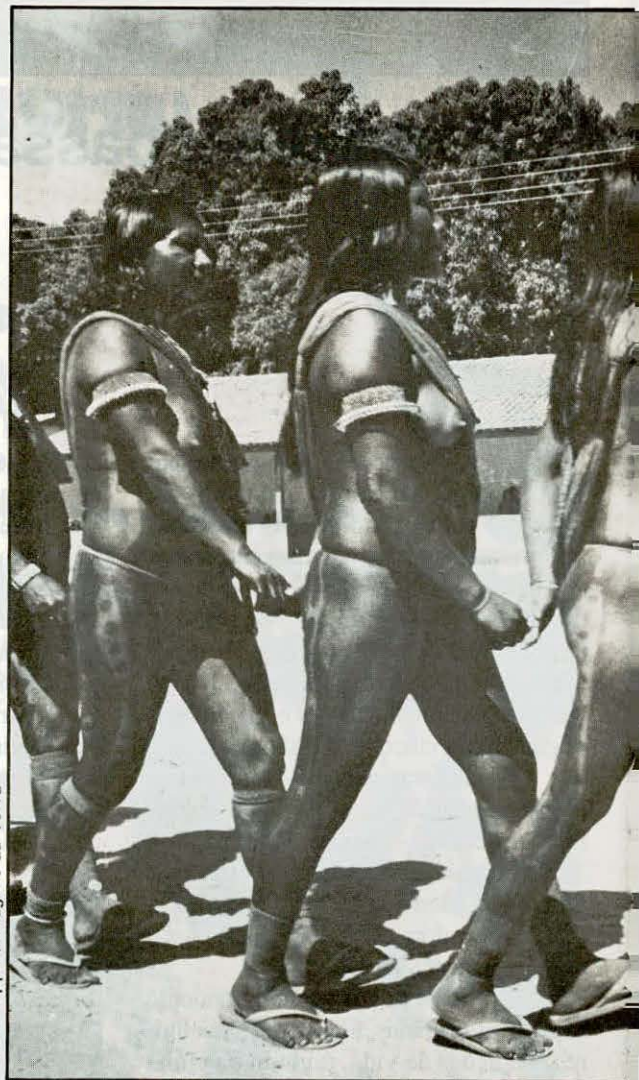
como é o caso de Chico Mendes e de tantos outros seringueiros assassinados.

Continuamos a viver o drama da nação indígena Yanomami. Os 35 mil índios daquela nação vêm vivendo as dramáticas consequências da presença dos quase 50 mil garimpeiros que para ali foram em busca do ouro, abundante naquelas terras, bem como outros minerais nobres. Habitantes do Estado de Roraima, na Amazônia brasileira, os Yanomami guardam em seu território tamanha quantidade de ouro que pode ser calculada pelo volume deste metal que dali vem sendo retirado pelos garimpeiros invasores, estimado em três mil quilos ao mês, representando nada menos de 36 milhões de dólares no mercado internacional.

Num país onde morrem atualmente 500 mil crianças ao ano, onde o índice de desemprego é alarmante, onde a fome, a miséria, a violência e o analfabetismo imperam, pergunta-se: para onde se direciona toda essa riqueza extraída do solo brasileiro? E os índios nesse contexto, como ficam? São suas aquelas terras e tudo o mais que nela se encerra.

A Constituição brasileira estabelece esse princípio. O presidente da República é obrigado a cumpri-la. As pressões internas e externas não só para garantir os direitos indígenas como para assegurar a preservação das florestas tropicais e o equilíbrio ecológico obrigaram o atual presidente, Fernando Collor, eleito em 1989, a tentar reverter esse quadro. Para tanto, no caso dos índios, instalou um grupo de trabalho interministerial para definir a nova política indigenista brasileira. No entanto, longe de atender aos reclamos dos povos indígenas, esse grupo concluiu por medidas atentatórias à dignidade do índio.

Todavia, recentemente, após pressões internacionais provocadas pelo



J.R. Ripper/Imagens da Terra

movimento indígena, lê-se a toda hora nos jornais que Collor está demarcando as áreas, visitando-as, tomando crianças ao colo e que a questão indígena é assunto prioritário em seu governo. Por enquanto é precoce analisar os resultados políticos dessa sua performance, quando sabemos que o mundo inteiro se prepara para a 2ª Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento de caráter internacional que será sediado no Brasil.

500 anos de luta e resistência

Povo sem memória é povo sem história. Por isso, cabe aqui situar a trajetória da luta indígena pela garantia de seus direitos. Sepé Tiaraju, Aimberê, Ajuricaba, Cunhambebe e muitos outros encabeçaram grandes lutas contra os



seus opressores. Apesar de todos esses esforços, o Brasil é ainda o país mais atrasado no reconhecimento político e cultural da sociedade indígena pela sociedade envolvente. E nesse desprestígio estão inseridas as dificuldades de organização política de nosso movimento, que vem amadurecendo ao longo dos últimos 10 anos. E de 10 anos para cá, as conquistas do povo indígena têm avançado, apesar das dificuldades.

Há de se reconhecer que uma nova força indígena está surgindo, pela organização de um movimento indígena ideologicamente embasado, mais democrático e apoiado pelos movimentos indígenas de outros países. É esse movimento que dará a resposta na hora certa à questão dos 500 anos de Colonização e à Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. Esse novo movimento indígena é fruto da criação de dezenas de organizações indígenas

por todo o país e que está florindo dentro das áreas indígenas, no seio da terra, movimento de base. Não acreditamos em mais nada criado dentro dos escritórios nas cidades grandes e fundamentalmente que A ou B definam a política indigenista brasileira.

Se estamos atrasados em relação aos povos indígenas das Américas Central e do Norte, isso se dá não porque queremos, mas porque o processo aqui se deu de forma diferente. A cruz e a espada foram determinantes e o Brasil foi colonizado dentro de um espírito de mau-caratismo ímpar, haja vista que os grandes homens que aqui chegavam e que a história glorifica, nada mais eram que gente que vinha cumprir suas penas jurídicas por roubo, estupro, assassinato e coisas piores, em seu país de origem.

Mesmo assim, com os resultados dos 500 anos de colonização, sofrimento, dor, discriminação social e racial não só o índio, mas todo o povo brasileiro, mestiço, negro, mulato e branco tenta florir no meio dessa história.

O processo de autodeterminação dos povos indígenas das Américas Central e do Norte tem se contraposto ao maligno paternalismo oficial, histórico e religioso imposto do período colonial até hoje. Esse fantasma foi exterminado há muito tempo nos outros continentes.

E um dos objetivos do Grumín (Grupo Mulher-Educação Indígena) é

Os índios não pretendem permanecer à margem do desenvolvimento; o índio quer participar da vida da nação brasileira

conscientizar, mobilizar e organizar as mulheres indígenas, num programa mínimo de educação para a construção dessa etapa de luta: a autodeterminação política contra o paternalismo.

Mulher indígena: mãe, mulher e professora

Amílcar Cabral, na luta revolucionária na Guiné-Bissau, ensinava que a "cultura deve ser utilizada como instrumento de libertação". Podemos acrescentar esse raciocínio dizendo que a libertação do povo indígena passa radicalmente pela cultura, pela religiosidade indígena e pelas mãos das mulheres indígenas.

O papel da mulher indígena na luta pela autodeterminação é indispensável. A mulher tem a função política de gerar o filho e educá-lo conforme as tradições indígenas. Fora isso, a mulher é uma fonte de energia, poder e força refinados, porque ela não está condicionada psicológica e historicamente a transmitir um espírito de dominação e competição. O poder dela é outro. Seu poder é o conhecimento passado através dos séculos, e que está reprimido pela ação governamental junto às comunidades indígenas. Ela protege o ventre e seios contra seu dominador, e busca forças nos espíritos da natureza para a sobrevivência da família.

Todos esses aspectos foram mais preservados do que no homem. Daí a importância desse braço forte e aliado. Em países como Guatemala, Panamá, México, Nicarágua, Peru, Bolívia, Paraguai, EUA e Canadá, as mulheres indígenas, que sofrem diretamente o massacre das armas norte-americanas, encontraram novas formas de sobrevivência, e lutam contra o Estado dominador. Por isso criaram suas organizações *femininas*. E é esse o caminho que o Brasil deve seguir como nova forma de enfrentamento.

E vamos ousar e dizer mais: não haverá defesa do meio ambiente se inicialmente não se reconhecerem os direitos de quem vive nas mais profundas matas brasileiras. E mais: o meio ambiente, a terra, o planeta terra, estão



intrinsecamente ligados ao ventre da mulher indígena, e por isso não haverá defesa ambiental se não se destacar a participação da mulher, da criança e do homem indígenas. Se a natureza deve ser respeitada no seu ciclo de existência, e valorizadas as fases da lua, a maré, o florescimento das árvores, a correnteza dos rios, o nascer e o pôr-do-sol, a colheita, etc, as mulheres indígenas também deverão ter o mesmo tratamento.

Participação do índio no desenvolvimento

Finalmente, é preciso que a sociedade envolvente e as autoridades constituídas se conscientizem de que, embora o índio lute para que sejam preservadas a sua cultura, tradições, costumes, ou aqueles que já sofreram alguma aculturação pretendam resgatar essas manifestações praticadas por seus antepassados, não pretende o índio permanecer à margem do desenvolvimento.

Portanto, paralelamente à questão da sua afirmação cultural, da preservação ou do resgate da sua identidade, preocupa-se hoje o índio em participar da vida da nação. Afinal, ele também é brasileiro. Ou melhor, o mais brasileiro de todos os brasileiros.

Nesse caso, não basta que lhe garantam a posse de suas terras, que elas sejam demarcadas ou que muito justamente o reconheçam como o guardião

das florestas, o guardião da natureza. Ele quer ver suas terras lavradas, colher os alimentos, produzir economia. Ele quer, ele próprio, tirar do solo aquilo que a ele pertence, as riquezas minerais.

Estamos às vésperas do prazo que a Constituição deu para que todas as terras indígenas estejam demarcadas. O governo vem sinalizando com a intenção de cumprir esse princípio constitucional. Mas só isso não basta. É preciso criar mecanismos capazes de proporcionar ao índio o apoio necessário para o desenvolvimento de sua agricultura, da formação de seus rebanhos, da exploração do seu solo, do seu acesso à moderna tecnologia.

São essas efetivamente as medidas de apoio governamental que o índio reclama, aliadas à extensão de programas de saúde, de educação, de formação técnica profissional às suas aldeias. E que se acabe de uma vez por todas com o preconceito atrasado, de que pelo fato do índio participar da vida ativa da nação, de ter acesso à universidade, de desenvolver atividades produtivas, isso o torna menos índio ou meio índio. Que cessem as ameaças de afastar do seu povo o índio que foi à busca de conhecimentos nos grandes centros.

Cabe lembrar aquela velha lenda da cotiwara que foi à cidade, conviveu com os humanos, aprendeu a falar como humano, vestiu-se como humano, comeu a comida do humano e um dia, ao voltar à sua aldeia, disse à sua família cotiwara: "aconteceu tudo isso, mas eu continuo cotiwara". ■

Índios brasileiros se organizam para a Eco-92

Foi lançado em 21 de fevereiro deste ano, em Brasília, o Comitê Intertribal 500 Anos de Resistência, formado pelas principais lideranças indígenas do Brasil, reunindo Megaron Txucarramãe (diretor do Parque do Xingu), Cacique Raoni, Cacique Aritana, Cacique Benjamim, Marcos Terena (fundador da UNI-União das Nações Indígenas), Álvaro Tukano (vice-presidente da UNI) e Ailton Krenak (coordenador da UNI).

O Comitê está composto também pelas mulheres índias, representadas por Eliane Potiguara (coordenadora do movimento de mulheres índias), Dorothy Bakairi (indigenista em Mato Grosso) e Anahí Kaiwá (estudante de psicologia e filosofia em São Paulo).

Por ocasião do lançamento, estiveram presentes vários representantes de entidades de apoio ao índio, como o fundador do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), da Igreja Católica, Padre Antonio Iasi, e o coordenador de contatos com índios arredios, o sertanista Sidney Possuelo [posteriormente, tornou-se presidente da Funai].

Com um texto de 12 folhas, os índios discorrem sobre o movimento indígena no Brasil e sobre a forma de participação na conferência mundial a ser promovida pela ONU no Brasil, em 1992, não como peça exótica, mas como "primeiro ecologista do planeta".

"O mundo deve aprender com o índio, respeitar sua magia, seu mistério, compreender sua íntima relação com o céu, o sol, a lua, com a terra, com a água. Tudo muitas vezes incompreensível ao mundo do homem branco, pois é uma relação espiritual, física e material inter-relacionado com aquilo que foi feito exclusivamente para o homem: a natureza do grande Criador" – salienta o texto indígena.

O Comitê, instalado até dezembro de 1992, tem como trabalho principal a realização de duas conferências indígenas: uma de caráter nacional, onde se espera reunir cerca de 400 chefes, como forma preparatória para a grande conferência internacional em abril ou maio do ano que vem, já com a participação de índios de outras partes do mundo, no Rio de Janeiro, além de coordenar eventos ecológicos e indígenas no Brasil e em outras regiões do planeta.

O Comitê Intertribal está composto por cinco membros titulares, cinco membros suplentes e setenta membros conselheiros, divididos em comissões de cultura, política, administração e finanças, esporte, acadêmica e intercâmbio internacional.

Contatos com as embaixadas do governo espanhol, OEA, ONU e entidades de apoio, começam a ser agendados e feitos pelo comitê, cujo lema principal será a mensagem do movimento indígena brasileiro: POSSO SER O QUE VOCÊ É, SEM DEIXAR DE SER QUEM SOU, como forma de obterem além do apoio e solidariedade, ajuda financeira para a infra-estrutura que um movimento desse porte carece.

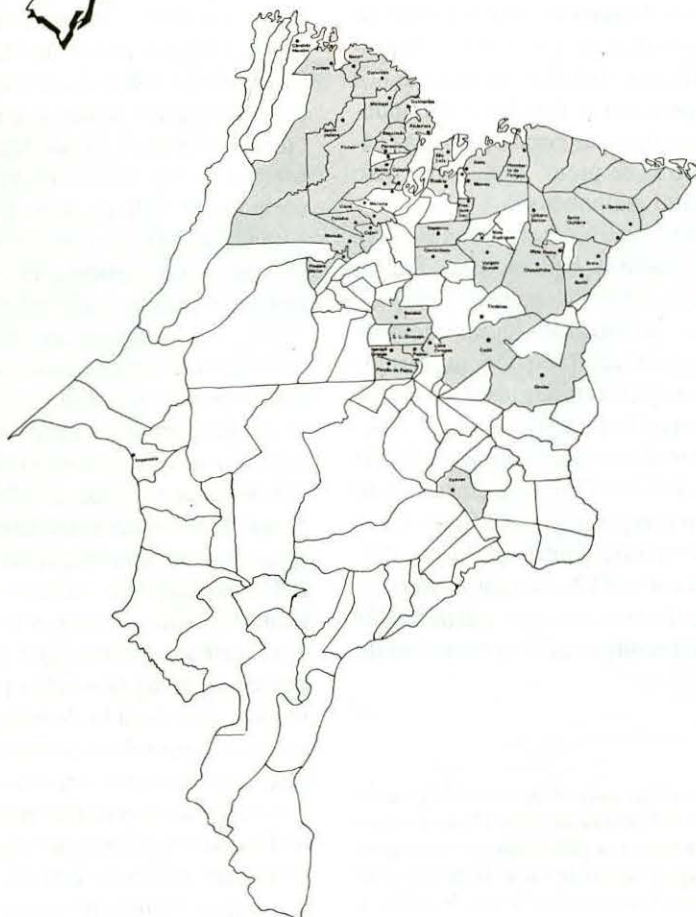
Os endereços provisórios para contatos são: Marcos Terena ou Megaron Txucarramãe – SCS – Edifício Palácio do Comércio, sala 1103 e telefones: (061) 321.4377, (061)224.3547 (FAX) em Brasília, Brasil. (Marcos Terena, coordenador geral do Comitê 500 anos de Resistência).

Comunidades negras rurais do Maranhão: a histórica resistência de um povo

Magno José Cruz*



MUNICÍPIOS COM INCIDÊNCIA DE
"TERRAS DE PRETO"



Fonte: Projeto Vida de Negro

Entre junho de 1988 e julho de 1989, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos e o Centro de Cultura Negra no Maranhão desenvolveram a primeira etapa do projeto Vida de Negro (PVN). Uma das principais características do projeto foi evitar fazer um trabalho meramente acadêmico, muito embora a equipe que o compôs tivesse que dedicar-se a discussões conceituais sobre vários questionamentos surgidos ao longo do seu desenvolvimento.

Pode-se citar por exemplo a revisão do próprio termo “comunidades negras” – amplamente empregado pelas entidades confessionais e pelo movimento negro – mas que, no decorrer do trabalho de campo, tornou-se evidente que a denominação usual utilizada pelos que moram e habitam nestes referidos povoados e pelos circundantes, trata-se de “terras de preto”.

Numa reavaliação criteriosa, fomos gradativamente redimensionando os objetivos do projeto, com a preocupação fundamental de tentar obter um produto final com importância prática, útil para romper com as tensões e dificuldades que envolvem as populações das chamadas “terras de preto” espalhadas pelo interior rural maranhense.

Este redimensionamento não significou, todavia, uma mudança radical de nossos objetivos iniciais – mapeamento das comunidades negras e resgate histórico do negro (resistência, formas de organização, estratégias de sobrevivência e manifestações culturais). Coerentemente, de acordo com a realidade de acirrados conflitos observados no campo em relação à questão fundiária, e com base na nova Constituição brasileira, adaptou-se o PVN, alargando as perspectivas do seu retorno palpável às comunidades em estudo, sem entretanto

mutillar-lhe a essência – pelo contrário, enriquecendo-a.

A nova Constituição brasileira, em seu artigo 68, do Título das Disposições Transitórias, afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos”; e o artigo 216, Parágrafo 5º do Capítulo III, Seção II, da Cultura, garante que “ficam tombados todos documentos e os sítios detentores de reminiscências dos antigos quilombos”.

‘Terras de preto’ no Maranhão

De acordo com as pesquisas realizadas no âmbito do PVN e com base nas informações levantadas e cadastradas a partir dos Encontros de Comunidades Negras Rurais do Maranhão (em 1986, 1988 e 1989), foi possível catalogar cerca de quatro centenas das chamadas “terras de preto”, localizadas em várias regiões do Maranhão, distribuídas pelo corredor do Vale do Itapecuru, no baixo e no médio Mearim, baixo Pindaré, Turi, Munim, estendendo-se até o baixo Parnaíba e baixadas Ocidental e Oriental.

Diversos são os costumes e formas de vida desses povoados. Porém, algo lhes é característico e fundamental. O que faz com que resistam até os dias de hoje é o usufruto comum da terra. Tal sistema, que consiste no não reconhecimento da terra nua como um bem econômico, e, sim, somente aquilo que é erigido em cima dela, ou seja, módulos de trabalho como a casa, a roça e outras benfeitorias, permite que os membros desses diversos povoados permaneçam unidos, convivendo de maneira harmoniosa, a ponto de superarem possíveis diferenças que possam haver, formando um forte elo de resistência e capacidade de luta contra grupos que, cada vez mais, ameaçam-nos pelo uso da violência e usurpação. Muitas dessas terras acham-se situadas em zonas críticas de tensão social, percebendo-se que tal realidade a elas imposta desperta mais ainda nos moradores delas o sentimento e a certeza

de estarem ali por direito, já que tais terras foram-lhes transmitidas pelos seus antepassados.

Mesmo não sendo efetivadas as leis capazes de amparar grande parte dessas populações, que vivem a aflição diária de serem expulsas do seu rincão secular, homens e mulheres fazem o que estão ao seu alcance, mostrando-se resolutos ao lutarem por um direito que é seu: ficarem nas “terras de preto”.

Formas de acesso à terra

Cada comunidade possui sua história que, geralmente, tem como núcleo central a maneira como adquiriram suas terras.

Algumas formas de acesso à terra deram-se antes da Abolição. Neste caso têm-se aquelas chamadas “terras de preto” oriundas de: a) quilombos; b) serviços prestados por escravos em períodos de guerra; c) desagregação de fazendas de ordem religiosa; d) ocupação de fazendas após desagregação sem pagamento de foro (este último caso se dá antes e depois da Abolição).

Após a Lei Áurea (que aboliu oficialmente a escravidão negra no Brasil, em 1888) surgem novos povoados de preto decorrentes de: e) compra; f) doação; g) as chamadas terras de índio, que também abrangem povoados em “terras de preto”; h) ocupação após desagregação de fazendas sem pagamento de foro; i) desapropriação por órgãos fundiários oficiais.

Em relação às terras remanescentes de quilombos, a equipe do PVN reservou uma dedicação especial, uma vez que a questão exigiu um maior aprofundamento. Ocorre que neste particular avolumam-se dificuldades de referências documentais e os próprios relatos de história oral são bastante cautelosos, não

Na luta pelas “terras de preto”, há casos de tortura semelhantes aos tempos da escravidão

* Pesquisador. Este artigo é uma resumida síntese do Relatório de Pesquisa do Projeto Vida de Negro (PVN), que teve a seguinte equipe executiva: Alfredo Wagner Bemo de Almeida, Magno José Cruz, Avelino Antônio Silva Jansen, Ivan Rodrigues Costa, Conceição de Maria Cantanhede, Dimas Salustiano da Silva, José Henrique Pereira Silva, Elivalva Moreira dos Santos, Marcos Aurélio Maickel, Mirian Santos da Silva e Werllys de Jesus Cunha Santos.

obstante haver evidências comprovadas de sua existência durante o século XIX no rincão maranhense.

Quilombos do Maranhão

Interessada em inter-relacionar as atuais “terras de preto” com o que a Constituição brasileira denomina “remanescentes das comunidades dos quilombos”, a equipe do PVN resolveu contratar os serviços especializados de dois técnicos em transcrições de documentações antigas. Os trabalhos efetivados durante três meses no Arquivo Público do Estado do Maranhão visaram fazer o levantamento e localização de documentos sobre quilombos maranhenses no período de 1820 a 1888. Em que pese a exigüidade de tempo e a desorganização das fontes consultadas, os resultados foram animadores: dos 65 documentos encontrados e cuidadosamente transcritos, conseguimos inúmeras informações a respeito dos quilombos locais, inclusive suas localizações em vários municípios.

Ao mapear-se esses municípios de redutos quilombolas, percebemos a coincidência (em grande parte) com os municípios com incidência das chamadas “terras de preto”. Tudo isso são provas para demonstrar aquilo que na prática os camponeses negros desses povoados estão há séculos afirmando – “Essas terras são nossas!”

Aos trabalhadores rurais das chamadas “terras de preto”, a territorialidade se constitui em um forte fator de identidade. A disputa pela posse coletiva da terra provoca nesses trabalhadores um reconhecimento consciente da importância que seus territórios possuem, inclusive pela preservação de seus próprios hábitos e costumes, muitos dos quais decorrentes da situação geográfica em que se encontram. Isso se torna perceptível nas relações de trabalho, seja na pesca, lavoura, caça ou ainda em outros afazeres rurais.

Os recursos naturais existentes influenciam sobremaneira no *modus vivendi* dessas populações, que extraem para fins de uso e comércio os produtos necessários para sua sobrevivência.

Nas “terras de preto”, pela permanência secular em suas áreas de morada e cultivo, distantes de uma forma mais permanente de atuação do poder estatal, as comunidades foram criando maneiras peculiares de uso e manejo do solo, respeitando dentro de suas possibilidades o meio ambiente, condição essencial para o equilíbrio do sistema biológico existente.

Note-se que em pólo contrário estão os grandes proprietários, incentivadores do plantio do capim ou de monoculturas, o que resulta na destruição das florestas – com isso ocorrendo o aceleração da lixiviação e erosão do solo, danosos à natureza e ao homem.

Um outro contraponto à lógica de expansão do capitalismo no campo é o sentido dado à terra nos sistemas de uso comum, vivenciados pelas “terras de preto”, nas quais os fortes laços de parentesco, o exercício da endogamia (casamento dentro da própria comunidade) e a prática de apropriação privada comum, coexistindo no mesmo território, provo-

cam a indivisibilidade da terra, inviabilizando, assim, a utilização desta como mercadoria.

Tudo isso, aliado a uma inestimável riqueza de manifestações culturais e religiosas de origem africana e indígena, acaba por tornar-se o grande obstáculo ao desenfreado processo de avanço capitalista na zona rural maranhense, gerando por conseguinte inúmeros casos de conflitos de terra detectados pelo PVN.

Em síntese, foram verificadas 40 situações de conflitos, envolvendo 3.832 famílias, numa área indefinida – pois na maioria das vezes os moradores dos povoados ou informantes não sabiam ou omitiam informes relativos ao tamanho das localidades e/ou dos imóveis (caso em que os povoados ficam dentro de fazendas, por exemplo). Note-se que estes dados foram obtidos através de uma amostra. Fundamentalmente, essas situações de conflito nas ditas “terras de preto” foram localizadas nas microrregiões de São Luís, Itapecu-



Moradora da comunidade negra de Marinzal, em Frechal (MA), colocando arroz para secar

ruí, Gurupi, Mearim, alto Munim, baixo Parnaíba e Baixada Ocidental, sendo nesta última onde se observam os maiores índices de conflitos (ver mapa das "terras de preto" do Maranhão para localizar essas áreas).

As situações conflitantes se caracterizam pelos seguintes tipos de antagonismos: grilagem; implantação autoritária de projetos oficiais sem consulta à população; destruição dos roçados pelo gado dos latifundiários; exploração econômica e violência física (há casos de torturas semelhantes aos da época da escravidão); e reivindicações judiciais pelo reconhecimento legal das terras.

Reforma agrária

Têm-se informações da existência de comunidades negras em outros estados da federação, além do Maranhão. No Pará, a Universidade Federal, através do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), concluiu em novembro de 1990 uma pesquisa sobre as comunidades negras localizadas ao longo dos rios Trombetas, Erepecuru e Cuminá. Tais comunidades, juntamente com o Centro de Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), já realizaram dois Encontros Raízes Negras para analisarem e buscarem soluções para os problemas comuns que os afligem; no Piauí, há o caso da comunidade de Timbó; na Bahia estão sendo levantadas centenas de comunidades; também há existência dessas comunidades em Goiás, São Paulo e por esse Brasil afora. São informações fragmentadas – excetuando-se Maranhão e Pará –, mas que nos dão a exata dimensão de que a questão das comunidades negras rurais tem um caráter nacional.

Portanto, o governo e a sociedade brasileira como um todo têm que estar atentos e propensos a buscarem soluções urgentes para o problema principal dessas comunidades: a garantia da posse da terra. Problema vivenciado por milhares de famílias e criado pela estrutura social e política de um país nortado pelas injustiças e preconceitos e que nunca levou em consideração as especificidades étnicas e culturais dos seus povos

TERRAS DE PRETO

Magno Cruz

Terras de preto
terras duramente conseguidas
com trabalho
lutas
facções
arados
... e vidas

Terras da gente
regadas
(germinadas e paridas)
com sangue
suor
lágrimas
... e vidas

Terras sagradas
áfricas reconstruídas
com tambores
labores
danças cantos rezas
almas
... e vidas

Terras que ninguém vai nos roubar
nem torná-las divididas
terras com nosso cheiro
com nossa cor
terras
terras que são nossas...
... Vidas



Roberto Kraul

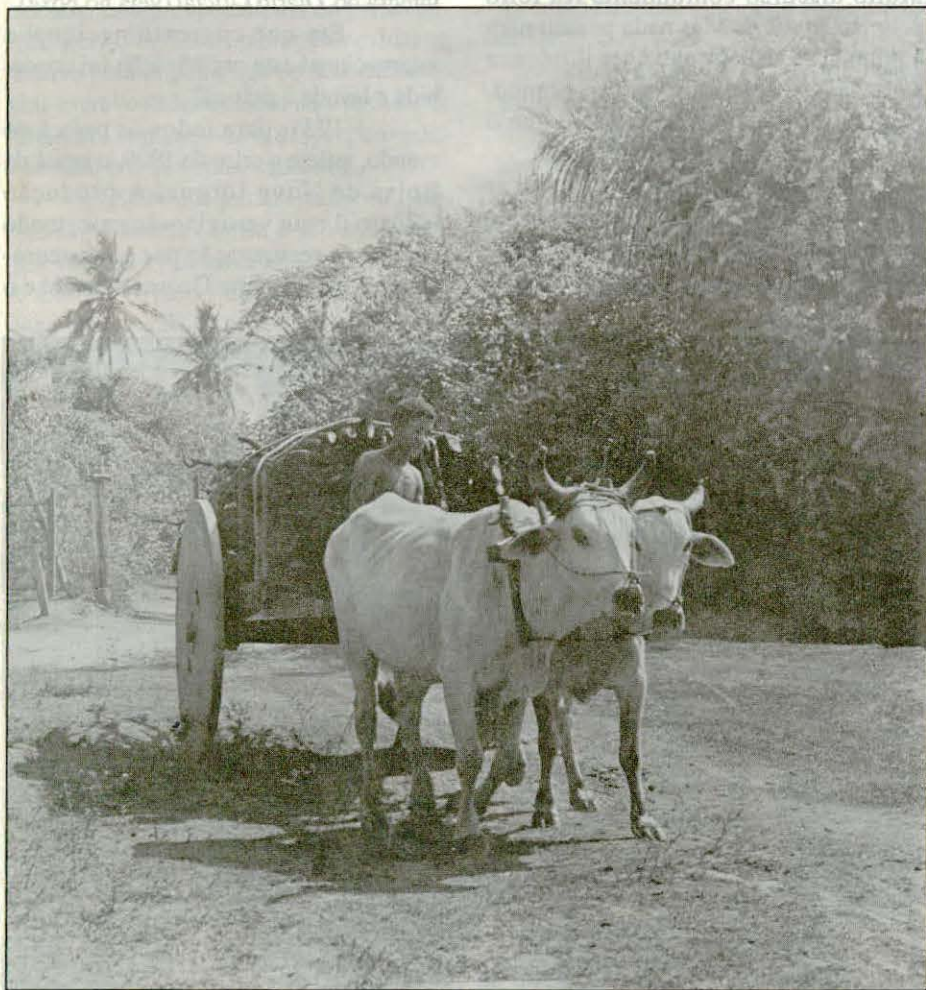
Encontro de comunidades negras do Maranhão

não-brancos (principalmente os afro-brasileiros e os indígenas).

A implementação de uma reforma agrária que divida a terra em lotes e distribua-os entre as famílias dos sem-terras pode ser muito boa e justa para estes, mas será nefasta, altamente prejudicial e desagregadora para as comunidades negras remanescentes dos quilombos – que, em geral, caracterizam-se por considerar a terra como um bem coletivo.

Embora a história nos mostre que não podemos acreditar nas leis da burguesia, vamos ter que jogar duro para que o “novo” Congresso regulamente a Disposição Transitória nº 68, reconhecendo a legitimidade dessas comunidades.

E, por fim, o convívio que a Equipe do PVN e membros do Movimento Negro maranhense vem desenvolvendo com as comunidades negras rurais, através de visitas, encontros, seminários, debates – onde os moradores desses povoados buscam por iniciativa própria discutir coletivamente a questão da terra, da saúde, da educação e juntos se fortalecer na perspectiva de não terem que ser expulsos de suas terras e constituir os bolsões de miseráveis e marginalizados dos grandes centros urbanos – nos mostra uma sábia lição: é possível viver na terra sem feri-la, sem dividi-la, sem torná-la elemento de disputa do poder e do lucro. E, também, é possível resistir quando vivemos realmente em comunidade. ■



Falta ainda regulamentar o preceito constitucional que assegura a posse da terra aos herdeiros dos quilombos



VIAGEM AO MUNDO DA CONTRACEPÇÃO

Onde adquirir:

Grupo de Saúde da Mulher
Rua do Hospício, nº 859
4º andar - Boa Vista
50050 - RECIFE - PE

Preço: Cr\$ 4.000,00



O JORNAL MAIORIA FALANTE, procurando cada vez mais, difundir a cultura dos povos marginalizados, recomenda a leitura do livro "CADERNOS NEGROS" nº 14 – editado e produzido pelo grupo QUILOMBOHOJE – de São Paulo, mas que é aberto a escritores nacionais – e que vem há treze anos, através da autogestão, publicando a pós-moderna literatura afro-brasileira.

Maiores informações, com Cuti, tel.: (011) 571-7253.
Cr\$ 3.000,00

Frente à Frente Negra Brasileira

●
Cuti (Luiz Silva)*

O movimento negro no Brasil é um saber desprezado pelos detentores dos meios de informação: escolas de todos os níveis, universidades, faculdades, imprensa, tv, rádio, etc. Como se não fosse uma das vias de acesso ao Brasil real.

Aos que fazem o movimento cabe também a tarefa de zelar pelo seu conteúdo e disseminá-lo onde for possível. À tão propalada proposta de reescrever a história, outra se faz urgente: resguardar o presente, para que não se torne um passado completamente esquecido debaixo do tapete dos que têm o poder.

O discurso dominante, de direita e esquerda, costuma sempre raciocinar pela exclusão, atribuindo à sociedade o que é de responsabilidade de certos segmentos sociais. Por exemplo: ao invés de dizer que o branco discrimina o negro, prefere dizer que a sociedade discrimina o negro. É assim que sutilmente se exclui o negro da sociedade, considerando ser esta apenas constituída de brancos.

Assim, através de formas de interpretação do todo, vão excluindo certas partes. Em termos culturais, hoje, a representação negra na mídia é norte-americana. É a forma que os racistas brasileiros encontraram de virar as coisas a seus contrários negros e a seu problema: como aceitá-los.

O desdém para com o movimento negro ficou patente pelo reflexo

pálido na imprensa das declarações feitas pelas lideranças negras por ocasião da vinda de Nelson Mandela ao Brasil. Muito discurso contundente foi feito pelo Brasil afora. Mas nada passou para a população. Não se deve ter ilusões: a sociedade é competitiva. E o branco, enquanto ideologia, não deseja que o negro se constitua como concorrente.

Ainda que possamos criticar inúmeras tentativas de aglutinação de negros feitas no passado, é preciso estudá-las mais a fundo. Ora massa de mano-

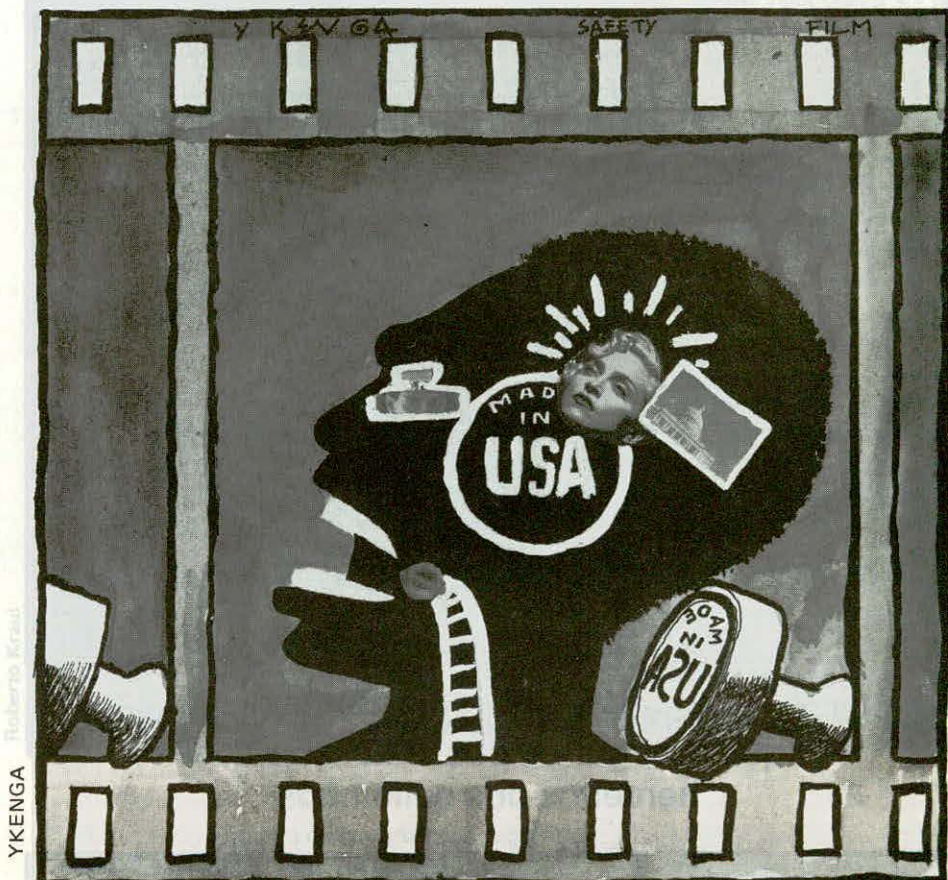
bra, ora esforço coletivo para autonomia, clubes, jornais, associações, etc., guardam ensinamentos de grande valia para os que reconhecem que o passado é quem mais dirige o espetáculo de nossas vidas.

Um dos exemplos na história da cidade de São Paulo que traça o empenho de organização coletiva foi a Frente Negra Brasileira. Se descuidarmos, esta página do passado vai para debaixo do tapete da democracia racial.

Dia 12 de outubro de 1931, uma assembléia com mais de mil pessoas aprovou os estatutos de uma organização que ia se fazer representar também em outras partes do país. Mas que estatutos eram esses? O que diziam? No dia 4 de novembro de 1931 foram publicados na íntegra do *Diário Oficial* (veja no box).

Em que contexto nacional e internacional esta organização foi concebida e levada à prática?

1931, para todos os países do mundo, reflete a crise de 1929, o crack da Bolsa de Nova Iorque. A produção industrial caiu vertiginosamente, tendo em vista a recuperação dos países europeus após a Primeira Guerra Mundial e o



* Escritor, membro do Quilombhoje-Literatura.

choque com a produção norte-americana. Muita produção, queda nos preços. Retração no mercado, destruição de bens de consumo, desemprego, miséria. No plano político, o fascismo se consolida na Itália e o nazismo está próximo à tomada definitiva do poder na Alemanha. As ditaduras se alastram pelo mundo. Em nosso país, um ano antes, Getúlio Vargas assumira o poder, trazendo com o populismo a possibilidade de participação política, ainda que controlada, das camadas médias da população e das camadas populares urbanas do país, até então sob o domínio exclusivo das elites agrárias.

Ora, em face dessa crise geral, pode-se perceber como estava a população negra no Brasil. A década de 20, com tantas revoltas em busca de melhorias sociais, criara expectativas de participação geral. A discriminação cotidiana atuava para impedir que os descendentes dos escravos adentrassem no mercado de trabalho, somando-se o despreparo educacional em que eram mantidos.

Além dos jornais da época (*Meinelick*, *Alfinete*, *Clarim d'Alvorada* etc), por volta de 1926 foi criado em São Paulo o Centro Cívico Palmares, a partir de uma idéia inicial de se formar uma biblioteca de assuntos afro-brasileiros. Isaltino Veiga dos Santos, o futuro secretário geral da Frente Negra, estava à testa dos primeiros encontros objetivando a fundação da entidade. Mas, o caráter benéfico sobrepujou outros objetivos do Centro Cívico Palmares. Várias associações com tais características surgiram. Mas o que marcou o "Palmares" foi a união de pessoas com senso crítico bastante aguçado para as questões políticas (Arlindo Veiga dos Santos, Gervásio de Moraes, Manoel Antônio dos Santos e o grupo do jornal *O Clarim d'Alvorada* – José Correia Leite, Jaime de Aguiar e outros). Um grande salão da rua Lavapés, no bairro do Cambuci, em São Paulo, serviu para inúmeras discussões.

O Centro Cívico Palmares encerrou suas atividades culturais e suas reuniões de caráter mais político após um desvirtuamento recreativo (bailes) de seus propósitos.

O ano de 1930, além das questões gerais, teve um significativo ponto de aglutinação no processo para se implantar a herma (meio-busto esculpi-

Os negros permanecem excluídos da mídia; a imagem negra na comunicação é norte-americana

do) de Luiz Gama, no Largo do Arouche, visando o centenário de nascimento do grande abolicionista e poeta satírico. Para informar o andamento e outros assuntos, surgiu o jornal *O Progressivo*, dirigido pelo poeta Lino Guedes. A inauguração da herma repercutiu na imprensa branca. A comunidade negra de então ocupara maciçamente o espaço do largo.

As expectativas de mudanças sociais contribuíam para o processo de conscientização racial. Era necessário agir para não perder o bonde da história. Segundo o testemunho de José Correia Leite: "As eleições até então eram feitas com todo mundo indo votar de cabeça baixa. Mas daquela vez as pessoas estavam vendo que alguma coisa ia mudar.(...) O Getúlio perdeu as eleições e veio a Revolução de 30. Aí foi uma fase em que a gente pode dizer que parou o movimento. Desse modo, é possível distinguir o movimento negro antes de 30 e depois de 30. (...) E o Isaltino Veiga dos Santos dizia que a Frente Negra Brasileira surgiu sob a égide da Revolução de 30".

A Frente Negra Brasileira não foi já no seu início, como se costuma imaginar, um partido político. No entanto, foram perseguidos os objetivos traçados nos estatutos (ver box). O problema central de todas as entidades negras até hoje – suas bases de sustentação econômica – foi equacionado da seguinte forma: os "cabos" eram pessoas que saíam pela cidade angariando fundos, cobrando uma taxa para que as pessoas se associassem. Recebiam, no fim do dia, uma parcela do que arrecadavam. A FNB desenvolveu também várias atividades recreativas, com a mesma finalidade. Há o caso de um dos "cabos" ter confrontado a direção geral da FNB. Joaquim Valentim, dado seu mérito no

trabalho e capacidade de liderança junto aos outros "cabos", conseguiu que a direção autorizasse a abertura de uma filial, na Barra Funda. A partir daí, o já apelidado de "delegado geral", Joaquim Valentim, passou a exigir mais poderes. Foi afastado. Esse é um dos casos que demonstraram o caráter autoritário (muito em sintonia com a época) da organização, sobretudo na primeira gestão, a dos irmãos Veiga dos Santos, tendo Arlindo como presidente e Isaltino secretário.

Havia uma aproximação entre a ideologia do presidente da Frente Negra e o integralismo. Arlindo Veiga dos Santos defendia o "patronovismo", ideal monarquista de fundo patriótico. Tanto suas idéias quanto o modelo de comportamento adotado na FNB (milícia, hino cantado com mãos estendidas, moralismo, etc.) encontraram opositores no próprio meio negro. O grupo do jornal *O Clarim d'Alvorada*, de orientação socialista, teceu inúmeras críticas, sendo empastelado por membros da FNB. A partir desse fato surgiu, criado pelo mesmo grupo, o jornal satírico e apócrifo *Chibata*. Um dos números deste periódico assinala: "Em sessão do 'Conselho' da Frente Negra Brasileira, esse Sr. (Arlindo Veiga dos Santos), que é o presidente dessa organização que veio para tratar do alevantamento moral e material, político e social da nossa raça – disse que seu irmão, secretário geral, não sae do cargo que ocupa...(?) porque ele não quer, em virtude deste pasquim ter dito que circularia enquanto "ELLE" permanecesse na Frente."

As tensões entre São Paulo e o governo da República levaram à Revolução de 1932. A Frente Negra, abertamente a favor de Getúlio Vargas, viu-se em dificuldade. Um de seus membros, o advogado Guaraná de Santana, após desacordo com os demais, entrou em contato com o comando dos revolucionários de São Paulo e criou a Legião Negra, instituição militar só de negros que se dirigiu para a frente de batalha. Guaraná de Santana foi seu comandante civil. Com isso, os problemas que a Frente Negra enfrentava com os poderes paulistas (inclusive a boataria de que guardava armas na sede da av. Liberdade), amainaram. Por ser contra o Movimento Constitucionalista, a Frente Negra ficou



estagnada durante o período. São Paulo, no entanto, perdeu. Com o desfecho da guerra, novo entusiasmo apossou-se dos frentenegrinos. Mas veio a frustração. O secretário, Isaltino Veiga dos Santos, depois de audiência com Getúlio Vargas, nada conseguiu de vantajoso na tentativa de barganha política. Foi expulso da Frente Negra. Seu irmão, solidarizou-se com ele e também se retirou. Era o fim da primeira gestão da FNB.

Só em 10 de novembro de 1937 a Frente Negra Brasileira é reconhecida

no Supremo Tribunal de Justiça Eleitoral como partido político. Era então presidente, Justiniano Costa, e secretário Francisco Lucrécio. No dia 2 do mês seguinte, Getúlio Vargas baixou um decreto fechando todos os partidos políticos. A frente passou a ser União Negra Brasileira, apenas com os objetivos sociais e culturais.

Passados mais de meio século em que a Frente Negra Brasileira teve seus direitos cassados, juntamente com todas as agremiações políticas do país,

vale um balanço sobre o significado desta entidade que, mesmo com seus equívocos ideológicos, soube aglutinar um número expressivo de negros, bem como conseguir representações em várias partes do país. Foi uma organização que soube contemplar o senso popular com um projeto político. Entre festas, homenagens, convescotes, eleição de rainhas, etc, engendrou uma solidariedade racial, num período de grandes tensões e dificuldades na sociedade global. A história interna da Frente Negra está por vir. Seis

A Frente Negra Brasileira soube contemplar o senso popular com um projeto político

anos de atividades é um período considerável.

O idealismo de ontem parece ter muito a ver com o idealismo de hoje, tanto nos que propõem organizações negras, quanto nos que lançam suas expectativas nos partidos políticos existentes. Cabe afastar a ingenuidade e encarar a realidade competitiva de frente.

No órgão informativo da Frente Negra Brasileira, o jornal *A Voz da Raça*, nº. 67, de julho de 1937, lemos: "Aspiração das mais louváveis que sempre viveu presente em cada negro, palpitando na alma e no coração de cada MESSIAS DE ÉBANO, em cada condutor bem intencionado: A Federação das Sociedades Negras.(...) Urge que da fagueira esperança passemos à dura realidade, fazendo surgir a Federação das Sociedades Negras." A sonhada união, várias vezes tentada. A utopia que move.

ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS

14 a 17 NOVEMBRO 1991

PACAEMBU S. PAULO, SP. BRASIL, AXE

INFORMAÇÕES

AMAZONAS (062) 234-0278	PARA (051) 231-3507
BAHIA (071) 323-3765	PARAIBA (041) 277-4742
241-7188	RIO GRANDE DO SUL (51) 25-2367
R. 12	
GOIÁS (062) 225-1179	RIO DE JANEIRO (021) 221-3536
	224-4771
MARANHÃO (081) 221-2216	SANTA CATARINA (0482) 237-1113
MINAS GERAIS (031) 224-9031	SÃO PAULO (011) 37-9882
(037) 715-4700	SECRETARIA NACIONAL
R. 27	

proposta nº 51 novembro 1991

Estatutos da Frente Negra Brasileira

A seguir, a íntegra dos Estatutos da Frente Negra Brasileira, criada em São Paulo no ano de 1931:

"Art. 1º – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira".

"Art. 2º – Podem pertencer à Frente Negra Brasileira todos os membros da Gente Brasileira de ambos os sexos uma vez capazes, segundo a lei básica nacional".

"Art. 3º – A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra".

"& Único – Para execução do art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esportes dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira".

"Art. 4º – como força política organizada, a Frente Negra Brasileira para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro".

"Art. 5º – Todos os meios legais de organização necessários à consecução dos fins da Frente Negra Brasileira serão distribuídos em tantos departamentos de ação quantos forem precisos, constando de regulamento especial".

"Art. 6º – A Frente Negra Brasileira é dirigida por um Grande Conselho, soberano e responsável, constando de 20 membros, estabelecendo-se dentro dele o Chefe e o

Secretário, sendo outros cargos necessários preenchidos a critério do Presidente. Este Conselho é ajudado em sua gestão pelo Conselho auxiliar, formado pelos cabos distritais da Capital".

"Art. 7º – O Presidente da Frente Negra Brasileira é a máxima autoridade e o supremo representante da Frente Negra Brasileira, e a sua ação se limita pelos princípios que a orientem".

"Art. 8º – A Frente Negra Brasileira representa-se ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente pelo Grande Conselho, na pessoa do Presidente, e, na falta deste, por um dos outros diretores. Os membros não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais".

"Art. 9º – Tem força de lei os regulamentos, ordens, avisos e comunicações emanadas pelo Grande Conselho, e os casos omissos nestes Estatutos serão regidos pelas leis e praxes em vigor no País".

"Art. 10 – A Frente Negra Brasileira somente se extinguirá pela vontade unânime do Grande Conselho e da maioria do Conselho Auxiliar e de todos os sócios reunidos na Assembléia Geral Especial, convocada pelo Presidente Geral em harmonia com o Grande Conselho. Se, por acaso, for extinta, seus bens passarão para uma sociedade beneficente e gente negra, que se mostrar digna da doação." (Pela transcrição, Cuti-Luiz Silva)

Sexualidade e identidade da mulher negra

Magda Isabel*

"Nomes em ã
De coisas com Rã e imã
Nomes de nomes como Maria da Fé...

Cactano Veloso

Através de nomes na História do Brasil, vamos identificando mulheres negras que com sua identidade e negritude avançaram em busca de sua liberdade.

Maria da Fé, acima citada na música de Cactano Veloso, tem a sua história mencionada no livro *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro. Negra que através do reconhecimento da

sua origem e de sua identidade comandou um exército de homens cujo objetivo era libertar os negros cativos, ela conspirava com escravos fugidos, curandeiros, feiticeiros, enfim, com todos aqueles que não se curvavam diante dos senhores brancos da época. E fazia-se reconhecida perante os seus admiradores, que relacionavam a sua liberdade com a astúcia dessa mulher.

O reconhecimento da identidade de mulheres negras que através de sua sexualidade tornaram-se pessoas livres e autoras de sua própria história é um estudo que visa permitir um auto-reconhecimento, com o intuito de ser sujeito do seu discurso e com isto dominar o discurso sobre si, sobre o seu corpo. Teremos ou não condições de formular um discurso acerca do nosso corpo?

Ao permitirmos a outrem que fale por nós, delegamos autoridade suficiente para que este emita um falso ou verdadeiro "conceito" a respeito do nosso corpo. Devemos estar convictos do reconhecimento do nosso corpo, do contrário nossa identidade será interpretada de tal modo que não permitirá a nós fazermos uma releitura coerente com a situação política, sócio-econômica e cultural em que vivemos.

O prazer de condução do seu próprio corpo leva a mulher negra a percorrer os caminhos de sua liberdade desde séculos passados. Podemos citar "Xica da Silva", no século XVIII, na cidade mineira de Diamantina, que através de sua sexualidade consegue sua "alforria" e conquista um "escravo branco", o contratador João Fernandes, que dá a esta negra jóias, roupas, sapatos, perucas etc..., vindas das cortes de Paris para vestir sua escrava, causando ódio nas senhoras e senhores brancos. Xica da Silva fazia com que grande parte dos seus empregados, sendo negros, fossem tratados por ela com muito mais dignidade do que pelos senhores de engenho.

As senhoras brancas da época escravista reprimiam os seus prazeres, tornando ilícito para elas determinados gestos e atitudes durante o ato sexual, sendo estes "permitidos" para as escla-



* Socióloga e artista.

A mulher negra tem o papel fundamental de ser a cidadã que pensa e interfere

vas. Muitas vezes, por causa de ciúmes de seus maridos, agrediam as suas escravas.

Durante o período escravocrata, a mulher negra "silenciou" sua fala. Porém, através de alguns gestos, expressava o reconhecimento de sua identidade e negritude: por exemplo, quando matava ainda em seu ventre o filho ou filha que poderia vir a sofrer tantas atrocidades. Este gesto de romper com o ato de reprodução significava interferir num destino muitas vezes já traçado para seus filhos. Os mecanismos de poder dessa sociedade faziam da mulher negra apenas um objeto sexual que devia ser utilizável e portanto rentável. Daí, as amas-de-leite, as negras de ganho, o comércio de crianças...

Quando a ama-de-leite podia "ascender" na casa-grande, recebia um tratamento mais "cordial". Não podia sofrer aborrecimentos, dado o perigo de secar o leite. Algumas delas rompiam o seu silêncio nessas ocasiões e aproveitavam o momento para "mandar" e "falar alto" com sua sinhazinha, já que esta tinha que manter uma situação na qual a ama-de-leite não podia zangar-se.

Estando inserida nos espaços de dominação sexual, a mulher negra avança pensando e repensando as formas de obter a sua "liberdade" no sentido pleno da palavra.

O controle da sexualidade por parte da sociedade relega para a mulher negra papel de cidadã sem voz e portanto sem direito à reinterpretação dos códigos de prazeres do seu corpo, atribuindo ao homem branco e à mulher branca o direito à fala, à sexualidade, aos prazeres e aos desejos. Sonhos do cotidiano da mulher negra são silenciados sob as formas de dominação e poder existentes aqui e agora na nossa sociedade.

Fazendo parte dessa grande população de mal remunerados, a mulher negra tem que ser muitas vezes o

proposta nº 51 novembro 1991

Jorge Mendes/AJB



"chefe" da casa, tendo que arcar com todas as despesas e ainda satisfazer as vontades sexuais do seu companheiro. Não tendo onde recorrer para a satisfação de seus prazeres, ela elabora meios onde possa canalizar sua energia e dessa forma conduzir o seu cotidiano em busca de novos prazeres.

Ao silenciar a sua fala, a mulher negra omite para outrem as suas fontes de prazer, reservando para si o direito de determinar quando e para quem deve falar de si e de seus "segredos", visto ser ainda tratado como secreto qualquer diálogo a respeito de nosso corpo. Daí o fato de muitas mulheres negras se recusarem a falar até mesmo a respeito do seu silêncio.

Controlar e apoderar-se do discurso que diz respeito ao nosso cotidiano fará com que nossa identidade e negritude seja de uma vez por todas questionada e apreendida como forma de lutar pela nossa dignidade de cidadania na vida sócio-político, econômica e cultural do país.

O ato de rebelar-se e conhecer a nossa história através de mulheres negras que ganharam sua "independência" e "liberdade" através de um conhecimento e reconhecimento do seu próprio discurso, seja em épocas presentes quanto em épocas passadas, dignifica nossa identidade de mulher negra que sempre teve que dar respostas tanto para as atrocidades quanto para as lutas em busca de liber-

dade. Hoje buscamos respostas para todas as formas de lutas. Nas mulheres que lutam na África do Sul, contra o *apartheid*, ou mesmo na cantora inglesa Tracy Chapman quando canta o racismo proferido pelos dominadores, ou ainda na artista de cinema que tem se tornado uma grande revelação nas telas norte-americanas sendo indicada para o Oscar, Whoopi Goldberg. Ela é hoje a grande estrela negra das telas, no lamento eterno dos negros americanos, na voz da fascinante cantora Billie Holiday e na representação política da deputada federal Benedita da Silva, enfim... Em todos os cantos do mundo, em todas as esferas da sociedade, as mulheres negras estão indo à luta.

Envaidece-nos, e muito, termos tantas interlocutoras negras pensando questões que abrangem todas as áreas da sociedade brasileira, pois não necessitamos mais que pensemos que temos uma sexualidade unitária advinda somente de uma única fonte de prazer. O que existe é "uma grande plasticidade, invenção e

**Apoderarmo-nos
do discurso sobre
nós mesmas,
libertar a fala,
construir a cidadania**

relação com a história pessoal de cada um de nós" (Marilena Chauí, *Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida*, São Paulo, Brasiliense, 1984)), rompendo barreiras do silêncio e mostrando que cada um tem uma multiplicidade de prazeres, cabendo a cada um explorar e intensificar cada fonte de prazer.

O poder de conhecer e revelar para quem quisermos os segredos do nosso corpo vai contra os discursos abusivos que controlam a nossa sexualidade, delimitando para nós as formas de prazeres que obedecem às normas para se "falar de sexo".

Perante os fatos históricos de mulheres negras que conseguiram "criar" o seu discurso e novas formas de buscar a liberdade, não podemos hesitar em apreender as novas condições que o cotidiano nos mostra a cada situação de opressão que sofremos por parte dos que integram a sociedade.

E, com isso, lembramos das reuniões secretas de Maria da Fé e seu bando na "casa da farinha", dos segredos da Xica da Silva no século XVIII, das reuniões feitas às pressas nos chafarizes do centro de São Paulo pelas lavadeiras no século XIX, ou ainda das mulheres quilombolas que se embrenhavam pelo mato afora para levar comida aos negros fugidos... Mulheres que com sabedoria e ousadia conseguiram participar de forma expressiva no rumo da história. Modificando o percurso ao atuarem de forma significativa contra as arbitrariedades cometidas pelos senhores da época.

Temos certeza de que nossos antepassados não lutaram em vão. Por isso a mulher negra tem o papel fundamental do reconhecimento de sua identidade, buscando ser a cidadã que pensa e com isto interfere nas questões do país. Outorgando para si o direito de falar e conduzir o seu próprio corpo.

Assim, a vinda da África, as terríveis condições de vida na senzala, a separação dos seus filhos e maridos, já não mais importam para a mulher negra diante do seu aprendizado de hoje. O eco da voz da mulher negra é ouvido hoje como meio de resistência, próximo à uma identidade resgatada através de sua fala. ■

Ricardo Funari/Imagens da Terra

Ideologia racial e estrutura social

Yedo Ferreira*



Hoje, a questão racial – o racismo em particular – é relativamente percebido em sua existência no Brasil, muito embora ainda não seja objeto de apurada reflexão por parte de setores intelectualizados. Porém, ainda não foram sistematizadas as concepções existentes numa formulação de luta concreta na sociedade capaz de superar o racismo do contexto social.

A questão racial – é fácil de se perceber – ainda não é pensada sob o ponto de vista de ideologia e muito menos de ideologia de dominação social. O racismo como ação ideológica se realizando concretamente na sociedade de classes – são poucos, fora do movimento negro, que têm esta percepção.

Tem se tornado comum na esquerda brasileira a referência à relação entre raça e classe. É sempre presente nos discursos, mas ausente nas práticas.

No real, o que se constata é que nada que não conste nos manuais do pensamento político clássico europeu (de Maquiavel a Karl Marx) é adotado ou tratado com seriedade pelos agentes políticos citados. O máximo que se tem em mente, quando se aborda a questão racial no Brasil, é a referência aos Quilombos dos Palmares, muitas das vezes dentro de uma idealização da história.

O militante de movimento negro, de modo geral, não conseguiu, ainda, superar suas limitações no que diz respeito à sua formação política e formular uma concepção de luta contra o racismo para que esta se realize, concretamente, na sociedade de classes.

Assim sendo, as questões sociais, como o subemprego – biscates e “camelotagem” – nos grandes centros urbanos – e a subocupação – trabalho temporário – principalmente na área rural, apenas para citar esses dois exemplos, regra geral são tratados como casos isolados, não se avançando na discussão sobre a forte presença negra nos mercados de trabalho mais informalizados e de maior exploração dos trabalhadores.

O legado da Abolição foram o subemprego e o trabalho temporário para a maioria da população negra

O estrutural, onde se encontra a origem do subemprego e da subocupação, deixa de ser levado em conta em função do imediato, o conjuntural, ou seja: ignoram-se as razões que estão no momento atual determinando a considerável ampliação desses dois fenômenos do mercado de trabalho acima citados. Além disso, essas questões – subemprego e subocupação – nunca foram vistas como resultantes de ação ideológica de conotação basicamente racial. A base de dominação social terá sempre na instância ideológica um fator muito importante e, no caso do Brasil, a base ideológica da dominação tem um componente racial muito forte.

A estrutura social hoje existente foi implantada na virada do século como modelo econômico formulado por uma classe dominante racista e de origem escravocrata. Isso equivale a dizer que esta estrutura está assentada numa relação de trabalho que exclui o negro. Até hoje, são pequenas as modificações que ela sofreu. É com certa razão que se diz que esse nosso modelo econômico é de conotação colonial. Colonial e escravista.

A partir da segunda metade do século XIX, as elites brasileiras incentivaram a imigração de europeus, com passagens subvencionadas para homens, mulheres e crianças. Quiseram fazer do Brasil uma nação com população de pessoas brancas. As classes dominantes da época escolheram povos brancos para implantar o trabalho assalariado na sociedade produtiva que estava sendo estruturada para substituir o trabalho escravo.

Com o imigrante europeu, aumenta a população apta para o trabalho produtivo. Para os negros, restará a marginalização no mercado de trabalho livre.

Como se pode observar, as classes dominantes estruturaram a sociedade usando como componente seletivo a ideologia racial que fez com que os não-europeus e seus descendentes – negros em particular – fossem postos às margens do trabalho assalariado, levando a que toda uma população apta para o trabalho produtivo tivesse que desempenhar para sua sobrevivência atividades informalizadas no campo e na cidade.

No momento em que o mundo está em mudanças, a tarefa mais difícil e complicada é abordar as lutas que devem ser implementadas para as transformações sociais que o Brasil tem que passar para que seja possível viver numa sociedade melhor. As vertentes de transformação dentro do movimento negro devem estar atentas ao papel que os trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho formal terão a desempenhar nessas mudanças.

assine proposta

Assinatura anual

4.500,

Número avulso

1.200,

* Membro do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), colaborador do jornal *Maioria Falante* e participante da Articulação de Negros da Região Sul-Sudeste.

Imprensa negra e liberdade de imprensa

Togo Iorubá*

A chamada “imprensa alternativa” – ou “nanica” – garantiu a voz da esquerda diante da ditadura militar, principalmente durante os anos 60 e 70. Assim surgiram o *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Repórter*, entre tantos outros jornais, levando aos leitores o

direito à opinião, mesmo com os riscos da repressão.

Entretanto, naquela mesma época, um outro tipo de imprensa, produzida pelas “minorias”, resistia não apenas à ditadura, mas também ao eurocentrismo cultural brasileiro. Eram os

jornais *Ébano* *Jornal* (SP), *Níger* (SP), *Afro Chamber* (SP), *Sinba* (RJ), *Tição* (RS), todos veículos da comunidade afro-brasileira, ou ainda o jornal *Página Um* (SP), dos descendentes de japoneses.

A cultura política das classes dominantes, ao não perceber estes meios de comunicação, reproduziu a discriminação e o racismo, fixando-os como imprensa invisível.

Atualmente, ao ampliar-se o debate acerca da democratização dos meios de comunicação, criam-se as condições ideais para denunciar o eurocentrismo que determina a invisibilidade da imprensa dos povos não brancos. E é dentro desta realidade que surgiu o jornal *Maioria Falante*, que vem há quase cinco anos resgatando o combate contra o racismo e a discriminação, sempre abordando as questões de raça e classe, como processo para a conquista da cidadania plena, síntese da luta dos marginalizados no Brasil.

Conquista da opinião

Já em 1834, o jornal *O Mestiço* era lançado, abordando os assuntos referentes ao negro no Brasil. Com a instalação da República, aumenta a assimilação dos valores da cultura dominante, gerando a criação do jornal *O Exemplo*, em 11 de dezembro de 1892. *O Exemplo* era um jornal nascido na comunidade afro-brasileira de Porto Alegre que assimilava o discurso liberal das elites dominantes.

Entretanto as características históricas da presença do negro no Brasil e a marginalização que lhe foi imposta pelos liberais cortaram também as chances do afro-brasileiro construir a sua imprensa. Sem suporte econômico, as publicações não conseguiram periodicidade (ver quadro).

Não há dúvida que o estabelecimento da imprensa negra não ocorrerá isolado da conjuntura das demais atividades ocupadas pelos afro-brasileiros.

* Editor do jornal *Maioria Falante*.

TÍTULO DA MATÉRIA	DATA	CORPO	REPORTER	LAUDA Nº
		MEDIDA	FOTOGRAFO	



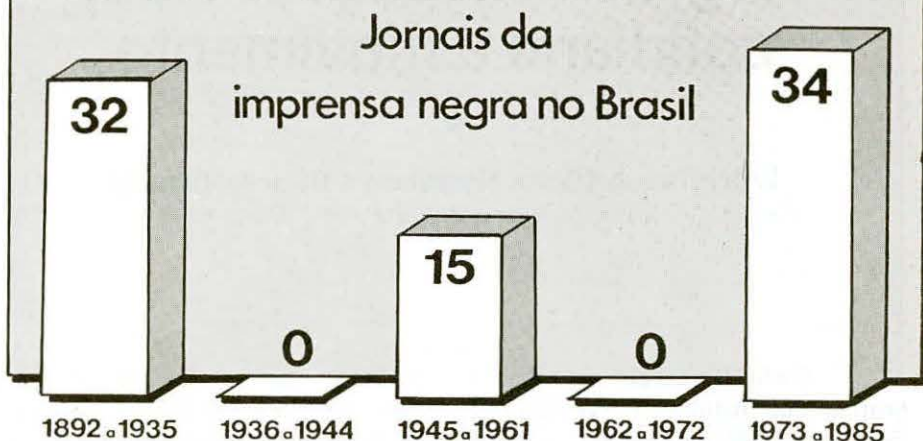
As afirmativas do então presidente José Sarney, durante o centenário da Abolição, em 1988, ao reivindicar a necessidade de uma elite negra, começa a se esboçar através de governadores, senador, secretários de estado, parlamentares, que ao mesmo tempo em que reiventam um novo mito de democracia racial, abrem espaço para a maior competitividade do negro, estimulando a consciência de "comunidade" afro-brasileira, carente por auto-expressar as suas reivindicações.

Existe ainda o fato vazado pelo Serviço Nacional de Informações (o ex-SNI), quando em 1988 deixava divulgar que a questão racial seria uma das áreas de conflito nos anos 90. O aperfeiçoamento do controle social em relação aos afro-brasileiros deve acentuar a cooptação de alguns negros, contribuindo para a "volta por cima" dos liberais, através do neoliberalismo. Mas quem sabe se a luta pela construção da imprensa negra não se efetivará nos anos 90, como parte de um processo contraditório de lutas?

Afinal, as reformas estão aí mesmo, para uso das classes dominantes, desde que garantam a manutenção do seu poder. Ou seja, o *status quo* já tem reservado, dentro do *apartheid* à brasileira, os espaços para o negro ascender socialmente. No que diz respeito aos meios de comunicação, não deverá ser muito diferente.

Hoje, enquanto o processo não se completa, vale aos leitores arriscarem quem servirá aos interesses dos grandes oligopólios de comunicação, reproduzindo os valores da dominação, e quem cumprirá o papel alternativo de denunciar as armadilhas da democracia representativa, com ideais de ainda alcançar uma sociedade menos injusta. ■

Lançamentos de novos títulos



Fonte: Ubirajara Damasceno da Motta - "Jonegro: um projeto da comunicação afro-brasileira", in Negro, quem te amaldiçoou? Revista de Cultura Vozes, ano 82, Janeiro/Julho, 1988

Imprensa negra viva, viva a imprensa negra!

Em entrevista dada ao jornal *Majoria Falante*, na edição nº 21, de outubro/novembro de 1990, Ziraldo, cartunista e um dos iniciadores do *Pasquim*, afirmou que não existia mais imprensa alternativa no Brasil, porque "a imprensa de combate perdeu o sentido com o final da ditadura".

Este equívoco é semelhante à omissão feita por Nelson Werneck Sodré, em seu livro *A Imprensa no Brasil*, quando não aborda, em nenhum momento, a historicidade da imprensa dos povos não brancos.

Portanto, a *invisibilidade* da imprensa dos povos não brancos é um sintoma da discriminação intelectual e cultural vivida por negros, índios, descendentes de orientais, etc. É o caso de se perguntar: como ficam os 157 anos de imprensa da comunidade afro-brasileira?

O jornal *Majoria Falante*, junto com a *Gazeta Afro-Latina* (RS), *Umbanda e Candomblé* (SP), *Movimento Negro Unificado e Olo-dum* (BA), são exemplos atuais do esforço do afro-brasileiro na luta pela liberdade de expressão para o negro no Brasil (*Tôgo Iorubá*). ■



Negros e mestiços: vida, cotidiano e movimento

Entrevista de Carlos Hasenbalg a Ricardo Tavares

Carlos Hasenbalg, sociólogo, é professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e vice-diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Começou a se interessar pela questão racial na década de 1970, quando tomou contato com a luta anti-racista nos Estados Unidos, no momento em que foi fazer doutorado em sociologia na Universidade da Califórnia, que naquela época tinha um *campus* em Berkeley bastante agitado em torno das questões dos direitos civis. Quando chegou ao Brasil, de volta, abriu os olhos para a questão racial brasileira, que vem estudando desde então. A seguir, uma entrevista onde este pesquisador discute a situação do negro e do movimento social anti-racista no Brasil.

O racismo no Brasil

Proposta – *O racismo no Brasil parece ser um pouco mais sutil, mais difícil de ser percebido do que em outros países. Eu não sei se você concordaria com essa afirmação. A pesquisa na área de ciências sociais me parece estar tentando quebrar essa imagem superficial de sutileza e mostrar uma profunda desigualdade racial. Você poderia falar um pouco sobre isso?*

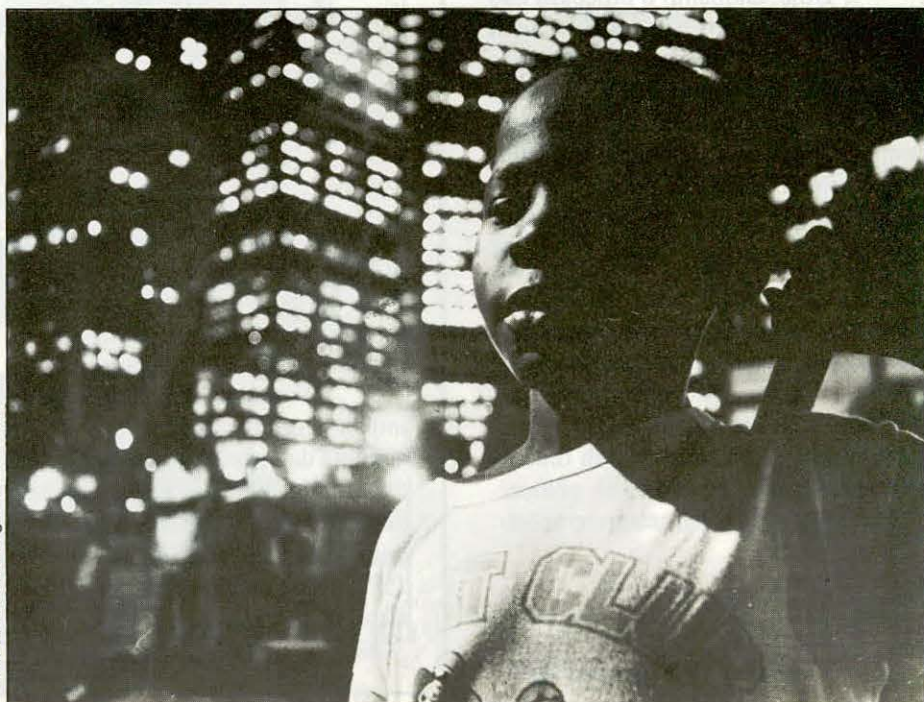
Carlos Hasenbalg – O conceito de racismo não tem que ser entendido de maneira monolítica ou unidimensional. Acho que podemos falar em estilos e formas de racismo. O racismo no Brasil é mais sutil do que em outros países? Isso

pode ser visto em vários sentidos. Um deles poderia ser de que é mais sutil na medida em que o conflito racial aberto é menor do que em outras situações (tipicamente, os Estados Unidos até a década de 1950 ou a África do Sul do *apartheid*). Agora, o problema da sutileza também pode ser visto de outro ponto de vista. Nesses países que mencionei tem havido transformações, particularmente no caso dos Estados Unidos, e transformações semelhantes estão ocorrendo hoje em dia na África do Sul, o que faz com que pessoas que venham desses países para o Brasil não achem de forma alguma o racismo brasileiro sutil. Pelo contrário, para essas pessoas que experimentaram processos de mudança no sistema de

relações raciais, como é o caso dos Estados Unidos, onde houve a dessegregação racial no Sul, onde houve a campanha dos direitos civis, onde houve políticas públicas (hoje em dia bastante controladas, mas que estão destinadas a remediar as desigualdades decorrentes do racismo), pessoas que vêm ao nosso país, depois de passar modificações rápidas e importantes, para essas pessoas o racismo no Brasil não é nada sutil!

Um indicador importante disso é a comunicação de massa, ou a própria TV no Brasil. Para essas pessoas salta aos olhos, claramente, a ausência do negro no *mass media*, na publicidade, na propaganda. A forma de verbalização e a manifestação de esterótipos sobre o negro no Brasil em situações públicas, hoje em dia, seriam totalmente condenadas em outros países. A questão da sutileza do racismo brasileiro, portanto, é bastante relativa, depende muito dos olhos de quem vê. Quem fica no Brasil pode pensar que é sutil porque a taxa de conflito aqui é menor do que em outras situações. Mas para quem vê com os olhos de outros países, o racismo no Brasil não é sutil; é muito claro e perceptível, sobretudo para aqueles que tiveram a experiência de ter passado por mudanças importantes no sistema de relações raciais.

Do ponto de vista objetivo, do ponto de vista das desigualdades raciais



Jaime Silva/Imagens da Terra

existentes no Brasil, também o racismo não é nada sutil, muito pelo contrário. É na verdade uma forma de violência estrutural. O racismo pode ser pensado de um ponto de vista mais individual, como algo que diz respeito a preconceitos, a estereótipos, em relação a determinados grupos que sofrem ações discriminatórias. Por essa forma de perceber o racismo, como algo mais individualizado, as pessoas – particularmente aquelas que não são extremadamente preconceituosas – podem achar que não há problema. Se esse indivíduo não é particularmente preconceituoso, pode concluir que o problema do racismo não existe.

Mas há outra forma de enfocar o problema do racismo. Uma das formas é enfocar essa questão através dos resultados. Quando se vê os resultados – e nesse caso eu estou me referindo particularmente à estrutura das desigualdades entre grupos raciais –, neste sentido, hoje em dia, o Brasil é um país acentuadamente racista.

Aqui sempre se teve uma auto-imagem da sociedade brasileira, em termos raciais, que resulta da comparação com outras situações clássicas, como o sul dos Estados Unidos e a África do Sul. Os Estados Unidos sempre tiveram um papel importante na formação dessa auto-imagem do Brasil. Depois que a escravidão acabou lá, o sistema de segregação que se constituiu no sul dos EUA até os anos de 1950 sempre funcionou como uma espécie de espelho invertido no qual os brasileiros formularam a sua auto-imagem racial. Só que lá houve transformações a partir dos anos 50, e aqui as mudanças foram muito menos perceptíveis, muitos menos velozes. Então, já há alguns autores que estão tentando fazer uma espécie de comparação da evolução das desigualdades raciais no Brasil e nos Estados Unidos, num marco temporal de mais ou menos um século, do final do século passado até hoje em dia; que estão tentando mostrar que as desigualdades raciais são mais acentuadas hoje no Brasil. Ou seja, nos Estados Unidos, nos últimos 30 anos, por causa desses movimentos sociais, aconteceu uma diminuição das desigualdades de oportunidades entre brancos e negros, coisa que no Brasil não tem acontecido. De maneira que, nos

TABELA 1

Analfabetismo das pessoas de 5 anos ou mais, por cor (Brasil-PNAD; 1987)

	Nº	%
Branços	12.481.033	18,0
Pretos e Pardos	18.823.929	36,3

Obs: Do total da população de pretos e pardos brasileira, 36,3% são analfabetos. Isso é o dobro do número de analfabetos no total da população branca (18%).

TABELA 2

Pessoas de 10 anos ou mais com curso superior concluído (Brasil-PNAD; 1987)

	Nº	%
Branços	3.715.647	9,18
Pretos e Pardos	484.995	2,15

Obs: O número de pessoas com curso superior no Brasil é pequeno. A tabela vale para mostrar as diferenças: eles são 9,18% no total da população branca e cerca de um quarto a menos na população não-branca (pretos e pardos), 2,15%.

TABELA 3

Rendimento médio mensal das pessoas ativas por sexo e cor (cruzados de setembro de 1987) – Brasil-PNAD, 1987

	Branco	Preto	Pardo
Total	10.615	4.326	4.984
Homem	12.878	5.139	5.830
Mulher	6.450	2.970	3.301

Obs: Pretos e pardos ganham médias salariais inferiores aos brancos. Um homem negro ou pardo ganha a metade de um branco. Para as mulheres, a relação é muito semelhante. Preste atenção na diferença entre uma mulher negra ou parda e um homem branco.

últimos 30 anos, a situação racial dos Estados Unidos, que não é uma situação racial paradisíaca, de nenhuma forma (permanecem uma série de problemas muito sérios), evoluiu, no sentido de que desigualdades educacionais, de emprego e renda diminuam. Aqui, não.

A rápida modernização econômica do Brasil, desde a II Guerra Mundial até hoje, e particularmente as rápidas transformações na estrutura social durante o período do chamado “milagre

econômico” mostram uma situação onde essa modernização não beneficia muito aos brasileiros de origem africana. Eles ficaram concentrados na parte inferior da pirâmide social brasileira.

O racismo permeia todas as etapas do ciclo de vida de um indivíduo negro ou mestiço no Brasil. O racismo está na família, ou seja, na primeira agência de socialização; o racismo está nas escolas; o racismo está em tudo que tem a ver com a produção simbólica da sociedade; o racismo está no mercado de trabalho; na violência policial. O racismo está portanto em todo o cotidiano das pessoas. Está na cultura racista, que envolve idéias de uma inferioridade do negro. É uma cultura que está introjetada nos pais de família. Essa coisa de racismo já começa a operar na primeira infância. E os próprios pais, negros e mestiços, têm internalizado uma série de

A sutileza do racismo brasileiro depende dos olhos de quem vê. O racismo no Brasil não é nada sutil!

estereótipos negativos a respeito deles mesmos, que são passados para as crianças. O exemplo típico disso, freqüentemente citado, é a família com vários filhos onde os pais investem mais na educação daquelas crianças que são mais claras. A idéia de “cabelo ruim”, também é passada na infância de pais para filhos negros e mestiços. São coisas a que as crianças começam a ser expostas desde que começam a falar. Então, o racismo já está presente no plano da família através de imagens estereotipadas sobre negros e mestiços, coisas que os próprios pais têm internalizado e passam para os filhos.

Os dados sobre a discriminação racial na educação no Brasil ainda são poucos, mas o pouco que se sabe também é bastante sério. Há vários trabalhos sobre livros didáticos que mostram que os conteúdos são racistas. Um trabalho recente de Vera Figueira mostra que os próprios professores, em sala de aula, são portadores de estereótipos raciais que geram resultados negativos para as crianças, de forma que normalmente se vê o sistema educacional pelo lado dos resultados, é evidente que crianças negras e mestiças obtêm menos educação. Mesmo quando se consideram crianças da mesma classe social, as crianças negras e mestiças repetem mais e saem da escola com menos anos de estudo. Ou seja: estão menos qualificadas para enfrentar a face adulta do ciclo de vida.

A pesquisa feita sobre discriminação racial no mercado de trabalho também mostra muito claramente que nesse mercado de trabalho existem processos discriminatórios que se traduzem numa inserção profissional entre brancos e não-brancos igualmente qualificados muito diferente. Os não-brancos ocupam sempre posições ocupacionais no mercado de trabalho inferiores aos brancos.

A isso tudo devemos somar aquilo que nós poderíamos chamar de “ambiência racial”: o racismo está na família, está na escola, está no mercado de trabalho e está no cotidiano. A TV, por exemplo, é uma coisa a que a maioria dos brasileiros está exposta várias horas por dia. Ela só apresenta o negro numa situação estereotipada: empregadas domésticas e bandidos.

Enfim, o racismo é algo que

afeta todo o ciclo de vida das pessoas e é algo que se traduz em problemas psicológicos e emocionais sérios, na medida em que parte da população negra e mestiça tem uma auto-imagem negativa, na medida em que tem internalizado toda essa série de estereótipos negativos. Há muito poucos trabalhos sobre esse tipo de efeito do racismo no Brasil. Os efeitos emocionais e os problemas psicológicos, no entanto, afetam fortemente a população negra e mestiça, através dessa auto-imagem negativa a respeito do negro, introjetada, interiorizada na personalidade. Estes estereótipos são fortes na cultura e são passados para a auto-imagem dos indivíduos.

Proposta – *Esse não parece ser um problema facilmente “quantificável”.*

Carlos Hasenbalg – Ele não é facilmente mensurável mas há fortes pistas de que existe. Nas pesquisas, uma das evidências disso aparece nas próprias histórias de vida dos que hoje são militantes do movimento negro, toda uma série de experiências de vida desagradáveis de racismo e discriminação, que normalmente começam na infância, e que só ganharam visibilidade maior no momento em que essas pessoas começaram a sua militância, momento no qual sofrem uma mudança da própria identidade: a pessoa tende a eliminar essa série de estereótipos negativos interiorizados; as pessoas passam por uma mudança de identidade quando ingressam na militância dos movimentos sociais negros. Essas biografias são muito ilustrativas do sofrimento, da perturbação mental associada ao fato de ser negro numa cultura racista como a deste país.

As pessoas passam por uma mudança de identidade no momento em que se tornam militantes dos movimentos sociais negros

Racismo, democracia e renda

Proposta – *Eu gostaria que você explicasse melhor o que são esses estereótipos.*

Carlos Hasenbalg – Um exemplo talvez ajudasse a explicar. O rei Pelé é o rei dos esportes. Mas apesar de ser muito conhecido no Brasil e no mundo, dificilmente chegará a presidente da República, porque ele não é um rei da política. A representação das habilidades dos negros está muito fortemente associada aos esportes, à capacidade física, ao boxe, ao futebol, ao basquete, ou mesmo a uma sensualidade exacerbada, à dança e à música, mas quase nunca às ciências. Pelé não é um rei das matemáticas. Tudo isso é parte do repertório de estereótipos.

Proposta – *O racismo rebateria no Brasil sobre a questão da democracia e da distribuição de renda?*

Carlos Hasenbalg – É muito estranho, para começar, que num país que não tem uma tradição consolidada de instituições políticas democráticas e de uma cultura política democrática, se fale em democracia racial. Que democracia é essa? Um termo especificamente político – democracia – é aplicado à questão racial no contexto de um país que carece de sólidas tradições democráticas. Eu creio que um desafio para o futuro democrático do Brasil está justamente em eliminar essa idealização do Brasil como um país com uma democracia racial, com uma harmonia racial, onde o problema racial não existe. Os fatos – a estrutura objetiva das desigualdades raciais vigentes hoje no Brasil, depois de toda essa modernização ocorrida na sociedade brasileira nos últimos 40 anos – desmentem essa idealização, que contraria totalmente os fatos. Dizer que não há problema racial no Brasil é uma idealização que não foi criada, mas foi codificada por Gilberto Freyre, na década de 30 e constituiu-se numa espécie de mito nacional, gera a definição oficial da situação brasileira. Esse mito ainda tem força, os brasileiros, particu-

larmente os brasileiros brancos, se aferiram comodamente a esse mito, há um certo comodismo em aceitar esse mito, ou seja, as próprias pessoas se sentem isentas de qualquer responsabilidade a respeito da situação social desvantajosa de negros e mestiços. Este mito permite que o grupo estruturalmente dominante, que é o branco, possa se sentir confortável. É não sentir nenhuma responsabilidade por algo que os fatos indicam ser um problema sério – o problema do racismo, das desigualdades raciais. Então, eu acho que um desafio para a democratização do Brasil está justamente em acabar com esse mito e destruir esta idealização que apresenta a sociedade brasileira como isenta de um problema racial. A democratização das relações sociais no Brasil tem que necessariamente passar por uma discussão pública desta questão racial que objetivamente existe, mesmo quando as pessoas tendam a pensar que este problema não existe. A definição da inexistência do problema é um fenômeno ideológico que é contestado pelos fatos da sociedade brasileira. Então, esta divergência entre idealização, uma parte da cultura nacional, e os fatos objetivos, tem que ser objeto de debate público, para que a auto-imagem dos brasileiros se modifique, no sentido de aceitar que no país existe uma questão racial, existe racismo, que se traduz em resultados desiguais para brancos e não-brancos.

Quanto às desigualdades de renda e às desigualdades sociais, o Brasil é campeão mundial. Dado o nível de renda per capita que tem, o Brasil apresenta indicadores sociais de um desempenho de nível muito baixo, comparáveis a países que têm uma renda per capita muito inferior à do Brasil. O que eu posso dizer é que aqui as desigualdades raciais estão imbricadas com um forte padrão de desigualdades sociais e econômicas. Eu acho que na vida cotidiana, as pessoas como que naturalizam as desigualdades raciais existentes, ou seja, é óbvio e gritante para quem presta um pouco de atenção, que em qualquer contexto urbano, metropolitano do país, a população negra e mestiça ocupa posições sociais subordinadas. Mas isto é visto como algo que parece “natural”. Ou seja: o que é resultado de um processo histórico e social, é como que natu-

ralizado na percepção das pessoas. Então, pensando um pouco a conexão entre classe e raça em função das desigualdades, eu acho que a raça ou a filiação racial das pessoas, entendendo a raça no seu sentido sociológico, como algo que não tem um referente biológico mas sim um conceito socialmente construído, o critério racial, ou a filiação racial das pessoas, é aquilo que funciona como mecanismo de recrutamento para posições nesta estrutura social profundamente desigual. Com isto, o que eu quero dizer? É que ser negro ou ser mestiço significa ter uma maior probabilidade de ser recrutado para posições sociais inferiores. Isto, numa estrutura social que já é profundamente desigual. Então, no meu entender, o vínculo entre raça e classe é exatamente esse: a raça funciona como mecanismo de seleção social que determina numa medida bastante intensa qual é a posição que as pessoas vão ocupar.

Neste sentido, está muito claro que ser negro ou mestiço funciona como uma espécie de barreira para ocupar posições sociais de destaque. Aqui, temos os casos clássicos de quantos

negros estão no generalato, no Itamaraty, no Congresso Nacional, nos cargos políticos mais significativos, quantos negros e mestiços são profissionais liberais e dispõem de diplomas universitários. Todos esses aspectos deixam muito claro: raça tem influência grande nas posições que as pessoas vão ocupar nesta hierarquia social muito desigual que caracteriza a sociedade brasileira.

Raça: questão e conflito

Proposta – *Como entender que um país com uma estrutura social tão desigual e correlacionada com raça, como é o caso do Brasil, por outro lado não tenha um conflito racial aberto e não tenha a questão racial como parte da agenda política colocada para os mais diversos setores?*

Carlos Hasenbalg – Esse é um aspecto muito complicado. Eu acho que isso em parte tem a ver com a cultura política autoritária do Brasil. Na medida



J.R. Ripper/Imagens da Terra

em que se aceitou como mito nacional a idéia de democracia racial, ir contra essa idéia tem custos elevados. Desafiar o mito nacional, a idealização do Brasil como democracia racial tem custos elevados para quem queira fazer isso. Um desses custos é a acusação de que se está tentando importar um problema que aqui não existe, um problema que é estrangeiro, que existe em outros lugares do mundo. E, efetivamente, remar contra a corrente dessa idealização pode suscitar várias formas de repressão: repressão simbólica e repressão física.

O autoritarismo se expressa na seguinte situação: há uma definição oficial sobre a questão e agir ou dizer contra essa definição tem custos políticos elevados. Esse é um aspecto, vinculado à cultura política brasileira.

O outro aspecto tem a ver com a questão das identidades raciais, ou seja, com o fato de que no Brasil o sistema de identidades raciais não é dicotômico (branco/negro), como é nos Estados Unidos e em outros lugares. Ou seja: a percepção social da raça, do fenótipo, no

Brasil se dá na forma de um contínuo de cor que vai de um extremo onde está o negro a um outro extremo onde está o branco, e as pessoas se localizam em pontos diferentes deste contínuo de cor. O que isto quer dizer? As identidades raciais ou étnicas estão fracionadas e as pessoas que se localizam em pontos intermediários deste contínuo de cor sofrem pressões fortes no sentido de branqueamento, no sentido de tentar se aproximar do pólo branco deste contínuo.

Se a raça é percebida em termos deste contínuo, é difícil forjar uma identidade coletiva unificada para o grupo não-branco, para as pessoas que sofrem na sua pele o racismo. Havendo um contínuo, existe uma pressão no sentido do branqueamento e isso dificulta a geração de uma identidade coletiva no grupo racialmente subordinado.

Outro aspecto que também tem a ver com isso é que no Brasil, logo após o fim da abolição da escravidão, não houve necessidade de criar um sistema legal de segregação. O que isto significa?

A ausência de um sistema institucionalizado e legal de segregação implica que no Brasil não se criaram sistemas institucionais paralelos para brancos e para negros, do tipo escolas para brancos e escolas para negros, igreja para brancos, igreja para negros. Manifestações culturais negras, sabemos que no início deste século foram reprimidas: religiões afro-brasileiras, escolas de samba sofreram repressão mas a partir de um certo momento essas manifestações culturais negras foram cooptadas, incorporadas e definidas como parte da cultura brasileira. O que se tem hoje em dia? As escolas de samba não são uma instituição integralmente negra, os brancos podem sambar, ir à umbanda, não há tampouco segregação residencial. Isto significa que a percepção do racismo tende a estar diluída em função da ausência de paralelismo institucional. Em situações onde existe esse paralelismo – com instituições separadas para negros e brancos – para o grupo dominado é muito mais fácil perceber aonde está o inimigo, aonde estão os problemas. Quando inexistente esse paralelismo institucional, é mais difícil estabelecer as conexões entre a discriminação racial e a posição social. O negro pobre não necessariamente percebe a conexão entre a sua condição racial e a sua condição de pobreza, até porque ele pode morar numa favela onde tem um vizinho branco, mesmo quando os não-brancos vão ser maioria dentro de uma favela. Quer dizer: não há segregação residencial, não há segregação em termos de instituições religiosas e culturais...

Então, são um pouco esses três aspectos: a inexistência de uma segregação legalmente sancionada; o contínuo de cor, que dificulta a constituição de uma identidade coletiva do grupo racialmente dominado; e o autoritarismo brasileiro, que faz uma definição oficial de que não existe discriminação racial no Brasil, o que implica em altos custos políticos para aqueles que partam de uma outra definição, isto é, de que no Brasil existe um problema racial. Isto, de alguma forma, se conecta com a menor expressividade, no caso brasileiro, dos movimentos sociais negros. Ou seja, pensando os últimos 100 anos, desde a Abolição, tem havido sim no Brasil movimentos sociais negros, uma



Olavo Rufino/AJB

O fim do *apartheid* na África do Sul pode ajudar a desnudar o racismo do Brasil diante dos olhos do mundo

imprensa negra, mas as suas manifestações não chegam a adquirir a significação que outros movimentos têm tido em outras circunstâncias, onde o conflito racial é mais aberto, é mais declarado.

Proposta – *Eu recolocaria a questão: existiria um espaço político no Brasil para um movimento social que interpelasse a questão do negro?*

Carlos Hasenbalg – Como eu disse, tem havido. Ocorreu nos anos 30, com a Frente Negra Brasileira, que teve uma dimensão nacional mas foi um fenômeno essencialmente paulista, de São Paulo, o que eu acho que tem a ver com o impacto da imigração estrangeira em São Paulo, que foi muito mais forte do que no resto do país e que portanto permitiu que os negros paulistas do início do século até os anos 30, percebessem a conexão entre a situação desvantajosa do negro e a imigração estrangeira. A imigração européia subsidiada no caso de São Paulo teve forte impacto demográfico, fechou espaços sociais e econômicos ao negro paulista. Isso talvez explique por que a Frente Negra Brasileira foi, apesar de manifestações em outras regiões, um fenômeno particularmente paulista.

O projeto da FNB era fundamentalmente integracionista, assimilacionista. O que essa frente queria era a incorporação do negro à sociedade brasileira. Eram tempos ideológicos bastante diferentes dos que vão ser encontrados a partir dos anos 70. Aí nós vamos dar um pulo bastante grande dos anos 30 aos anos 70. No período intermediário ocorreram coisas, mas de pouca expressão. Já o discurso do movimento negro que ressurge a partir dos anos 70 é bastante diferente do dos anos 30, sobretudo porque aí já operou o impacto de duas coisas: a campanha dos direitos civis nos Estados Unidos e o *black-power* (poder negro), em suas várias manifestações; e a descolonização dos países africanos. Esses dois movimentos são geralmente associados a um novo teor ideológico do movimento negro que reemerge a partir da década de 1970 no Brasil.

Proposta – *Esses episódios mais recentes na África do Sul, com o desmantelamento do sistema de apar-*

O discurso anti-racista é incômodo: levantar a questão do racismo dentro do movimento sindical é muito delicado



J.R. Ripper/Imagens da Terra

theid, poderiam ter algum efeito sobre o Brasil? Eu me lembro, por exemplo, da visita ao Brasil de Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (CNA), quando ele acenou para a possibilidade do Brasil ser modelo para a nova sociedade sul-africana.

Carlos Hasenbalg – Mandela mudou de opinião durante a sua estada no Brasil. Chegou aqui dizendo isso, que o Brasil poderia ser uma espécie de modelo, exemplo a ser seguido pela África do Sul posterior ao *apartheid* e saiu daqui dizendo que tinha visto os negros brasileiros numa posição de amargura.

Eu acho que a resolução da questão da África do Sul pode deixar o Brasil em maus lençóis. O *apartheid* é agora objeto de condenação pelo resto do mundo. Se ele acaba, os olhos do resto do mundo e da opinião pública internacional podem se concentrar em cima do Brasil. E de fato isto já está acontecendo. Por exemplo, com relação

ao problema do genocídio de crianças de rua no Brasil. Aqui se fala em assassinato de crianças de rua, não se diz qual é a cor das crianças ou raramente se diz. Mas fora do Brasil as pessoas reparam na cor das crianças. Então, não passa despercebido o fato de que 70 a 80% das crianças que estão sendo assassinadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife são crianças negras. Neste sentido, eu acho que o fim do *apartheid* na África do Sul vai ter um efeito no sentido de que a opinião pública internacional possa vir a prestar mais atenção a estes problemas, que certamente não estão passando despercebidos internacionalmente. Ou seja: o Brasil como campeão mundial de má distribuição de renda, o Brasil como campeão mundial de assassinato de crianças de rua – já são coisas que alertam para toda essa dívida social que o Brasil tem acumulado. E que é uma dívida maior com os não-brancos, negros e mestiços, grupo onde é mais centrado o déficit social, econômico e educacional.

Dificuldades para os movimentos

Proposta – *Eu gostaria de retomar a questão dos mestiços e do contínuo de cor...*

Carlos Hasenbalg – ... Eu falo negros e mestiços porque não adoto a terminologia do movimento negro, onde é usado um sistema dicotômico (brancos e negros) e pronto, à moda dos Estados Unidos, brancos x negros, o que de certo modo passa um trator por cima da identidade que as pessoas têm. Então, mesmo que seja uma identidade permeada por um racismo que pressiona no sentido do branqueamento, as pessoas se são racialmente misturadas e não se consideram negras, é um fato de realidade, talvez um fato de realidade que tenha que ser mudado, mas não se pode passar por cima disso. Por isso, eu estou falando todo o tempo em negros e mestiços. Afinal de contas, a miscigenação racial no Brasil é um fato que não tem como ser negado.

Proposta – *Eu estava querendo explorar justamente o fato de que talvez uma das grandes dificuldades que esteja colocada para o movimento negro no Brasil seja a de incorporar esses mestiços, exatamente por essa dificuldade criada pelo racismo, que estimula a polarização dos mestiços pelo extremo branco do contínuo racial. Ele se sente como se tivesse deixado de ser negro. Essa foi uma estratégia que perpassou as famílias ao longo, digamos, dos últimos 150 anos. A pesquisa já refletiu sobre isso?*

Carlos Hasenbalg – Esse problema aponta para uma limitação no sentido de crescimento do movimento negro. Mas há outra questão que também interfere aí. É a diferenciação social interna dos não-brancos. Me parece que a militância social dos negros dos anos 70 até hoje é basicamente recrutada na pequena-burguesia ou numa pequena classe média negra, composta por pessoas que têm um nível educacional superior à média da população não-branca no Brasil. É neste sentido que eu faço vínculo entre os limites de cresci-



J.R. Ripper/Imagens da Terra

mento do movimento e o problema da diferenciação social do próprio grupo negro-mestiço. Os quadros do movimento negro são oriundos de um setor que se diferenciou socialmente, através de uma mobilidade social ascendente, em relação à grande massa da população negra que está concentrada nos setores caracterizados pela pobreza e por níveis educacionais muito baixos. São estes setores de massa da população negro-mestiça que os militantes têm dificuldades de atingir, de interpelar. E isto reflete um fenômeno de diferenciação interno do grupo.

Esses temas que aparecem no movimento social dos negros – denúncia do racismo, resgate de uma identidade negra via cultura – são coisas que aparecem como muito abstratas e distantes para aquela grande massa da população negra que enfrenta problemas muito elementares de sobrevivência. Eles estão precisando de água encanada, de melhorias no sistema de saúde, de melhorias no salário, as pessoas estão preocupadas com problemas muito elementares de sobrevivência pela condição social que ocupam. Não são muito receptivas para uma interpelação em termos de reconstrução de uma identidade positiva do

negro via cultura e denúncia do racismo. Acho que aqui se gera um certo curto-circuito que explica por que os movimentos negros têm a sua eficácia política limitada em dar certos recados. Estes recados não são recebidos por aqueles que deveriam ser atingidos, pela grande massa que poderia seguir uma vanguarda ou liderança.

Então, temos o problema do contínuo de cor e temos o problema da diferenciação social da própria população negra. E há um outro problema que eu chamaria de falta de confiança mútua entre o movimento negro e as esquerdas brasileiras.

As esquerdas brasileiras têm sido historicamente bastante insensíveis para a questão racial no Brasil, na medida em que têm normalmente operado em termos de pensamento político através de um reducionismo de classe. Ou seja: a questão racial é reduzida a uma questão de classe e então se gera um discurso político de esquerda que é muito insensível à questão racial no Brasil e que afasta os militantes negros dessa esquerda, que é hegemonicamente branca no Brasil.

Esses são alguns curto-circuitos da elite militante com a massa, da mili-

tância negra com o discurso de esquerda, que se mostra insensível para a questão racial e, digamos, esta questão do contínuo de cor, que dificulta a formação de uma identidade coletiva, de forma que os não-brancos possam ser um ator político significativo no Brasil.

Política de alianças

Proposta – *Sobre esse último aspecto que você falou, me parece mais ou menos óbvio que o que você tem hoje como movimento social popular de caráter consolidado (o movimento sindical, o movimento camponês, o movimento dos bairros periféricos das cidades, etc), foram movimentos que, de diferentes maneiras, se beneficiaram do incremento do capital político e organizativo da esquerda. E o movimento negro não se encaixa exatamente neste caso. Isso interfere na capacidade de intervenção política desse movimento?*

Carlos Hasenbalg – Eu não tenho certeza quanto a isso. É uma coisa sobre a qual eu não disponho de informa-

ções. Me consta, sim, que algumas pessoas que foram para o movimento negro dos anos 70 em diante tiveram trajetórias em partidos de esquerda. Eu não diria que a maioria, mas pelo menos alguns sim. Neste sentido, o movimento recrutou pessoas que tinham um passado de militância política de esquerda. Talvez eu não diria que isso seja a maioria da militância dos últimos 15 anos. Por outro lado, veja só, o movimento negro, além do que poderemos chamar de um componente de nacionalismo cultural, que é a frente da reconstrução de uma identidade negra positiva, usa na sua retórica argumentos de corte socialista e igualitário, e não poderia ser de outra forma. A retórica dele também se beneficia do pensamento de esquerda. Agora, o problema para o qual eu chamaria atenção, e que já se apresentava nos anos 30, é um certo isolamento político. Nesse isolamento político, há essa relação de mútua desconfiança, de parte à parte, entre esquerda e movimento negro, talvez seja o aspecto mais sintomático do relativo isolamento político. Esse seria mais um aspecto dos limites de atuação de um movimento social destinado a combater o racismo na sociedade brasileira.

Agora, coisas têm sido feitas e alguns avanços têm sido obtidos. Mas o que estou tentando sugerir é que se mais não foi feito no sentido de trazer a questão racial para o debate público é porque o movimento que carrega essa bandeira se enfrenta com as dificuldades que eu mencionei.

Proposta – *Diversos movimentos sociais têm perfis consolidados no Brasil (movimento sindical, camponês, de bairros, de mulheres, etc). Neles, há muitas lideranças negras, assumindo ou não essa identidade. Mas há uma dificuldade de diálogo com a luta anti-racista. Como você vê esse cenário?*

Carlos Hasenbalg – De fato, esses movimentos sociais de que você fala têm uma participação significativa de negros, seja no sindicalismo, seja nas associações de moradores e favelados, mas eles participam a partir de uma identidade que diz respeito à condição de trabalhador ou de favelado ou de camponês, etc, ativando uma identidade que não é a identidade racial. É do ponto de vista do movimento negro, isso tem a ver com o problema de política de alianças. Essa dificuldade pode ter a ver com o seu discurso. Esse discurso pode encontrar dificuldades de ser assimilado tanto pela esquerda como por outros movimentos sociais. É um discurso pouco palatável. É um discurso incômodo. Eu não sei se falharam estratégias de formular alianças sociais com outros setores subalternos ou se essa falha se deve ao fato de que o discurso do movimento é incômodo. Levantar por exemplo a questão do racismo dentro do movimento sindical é uma questão muito delicada. Que pode ser rapidamente abafada, dizendo que esse discurso aponta para divisões dentro da classe operária, por exemplo. Eu já tenho ouvido coisas neste sentido. Nos meios sindicais, há uma dificuldade de incorporar a questão racial porque isso, tendencialmente, apontaria para divisões no seio do movimento sindical. Mas o problema existe, o problema também está aí.

Proposta – *Não me parece que a política do avestruz seja a melhor maneira de resolver esse problema.*





Carlos Hasenbalg – Isso aponta para uma dificuldade. Como levar a denúncia do racismo além do próprio movimento negro? Gera problemas. É um discurso que aponta para uma coisa incômoda, para uma coisa que não está tão presente na cabeça das pessoas o tempo todo. Então, isto faz com que esse discurso às vezes seja refratário, não penetre no ouvido. A maioria da sociedade brasileira prefere não pensar essa questão. Mais uma vez, o grande problema político para o avanço da luta contra o racismo é o dos ouvidos “surdos”. O que se fala sobre isso é algo que incômoda. Pode ser um discurso pouco palatável aos movimentos sociais populares. E isso pode ser determinante na política de aliança do movimento negro e pode

dificultar a possibilidade do problema do racismo ser incorporado no panorama mais amplo das lutas populares.

Perspectivas para a década de 90

Proposta – É importante registrar também que apesar de suas dificuldades, esse movimento negro que surgiu a partir dos anos 70 construiu uma face pública na sociedade. Você concorda com essa avaliação? Quais são as implicações disso?

Carlos Hasenbalg – Eu acho que tem tido os seus efeitos positivos. O

movimento tem uma visibilidade pública. As pessoas sabem que existe, que é capaz de botar a boca no trombone. A própria existência desse movimento redonda em coisas como elevar o custo de comportamentos discriminatórios abertos, por exemplo, no mercado de trabalho. Comportamentos discriminatórios abertos têm hoje um custo mais alto do que, digamos, 20 anos atrás. E acho que uma outra conquista também é de que o debate sobre a questão racial está mais presente na sociedade brasileira. Hoje é mais falado do que há 15 anos atrás. Conquistas, mesmo pequenas, têm ocorrido, provocando pequenas mudanças na consciência nacional sobre a questão. É um tema que não aparece diariamente na imprensa mas que quando aparece é de uma forma não mistificada. Desde 1988, do centenário para cá, têm aparecido matérias muito boas, mostrando esse lado objetivo da discriminação racial na nossa sociedade. O discurso da democracia racial tem perdido bastante credibilidade. Eu encontro ele às vezes em alguns editoriais de jornais da Bahia... Mas, por outro lado, nos jornais e revistas de boa circulação no Brasil essa questão é tratada com mais realismo. Dizendo as coisas como elas são, e não fazendo o discurso de idealização da democracia racial. Nesse sentido, eu acho que a presença e atuação do movimento negro, nos últimos 15 anos, não conseguiram incorporar plenamente a questão racial no debate nacional mas é um tema que pipoca com maior frequência do que antes. Essas conquistas são importantes, se andou algo. É hoje mais difícil sair por aí com a baboseira da democracia racial; passa a ter custos também. Sobretudo para pessoas de elite, jornalistas conceituados, políticos: se saírem com essa baboseira hoje, é algo que está ficando fora de moda, porque no plano simbólico a presença desse tipo de pensamento que nega a democracia racial se faz sentir através de diversas formas. Esse mito da democracia racial não é um mito que tenha uma hegemonia completa na sociedade brasileira. É algo que está em discussão e essa discussão se trava nos mais diferentes espaços.

Proposta – Os anos 90 serão os anos de emergência do conflito racial como questão nacional no Brasil?

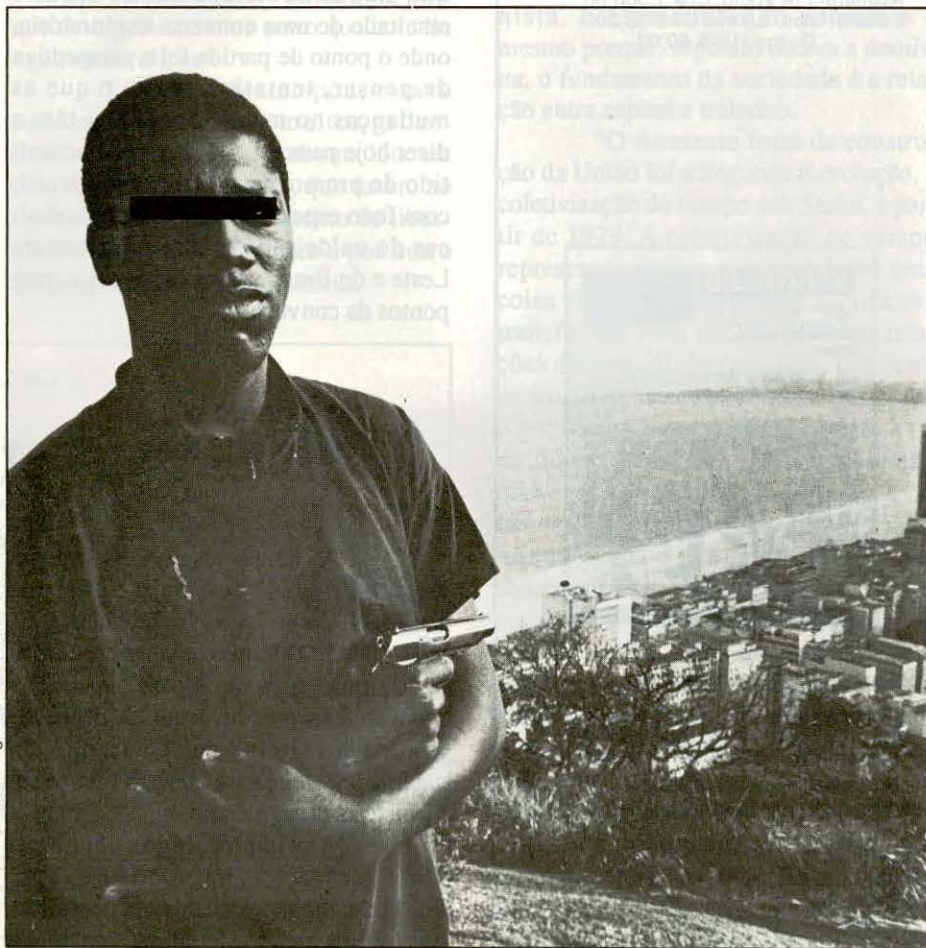
Carlos Hasenbalg – Eu tenho as minhas dúvidas, porque as mudanças no campo das relações raciais no Brasil existem, mas elas se dão de maneira muito lenta, numa progressão muito vagarosa. Eu não sou capaz de identificar aqueles que seriam os indicadores do que poderiam vir a ser fatores de exacerbação do conflito racial no Brasil. Eu não vejo isso. Essas poucas e lentas mudanças que têm ocorrido, no entanto, deixam claro que não haverá uma volta ao passado. São já uma conquista. É possível que novas conquistas ocorram, conquistas sobretudo no sentido de que este tema no Brasil seja mais arejado, mais discutido, que possa entrar na pauta das discussões. Eu acho que a tendência será da importância do tema crescer na discussão pública.

Entre o crescimento da importância desse tema e a exacerbação de um conflito racial aberto eu acho que há muita distância. Isso também pode ser pensado em termos do que está ocorrendo, com a crise econômica que vem desde os anos 80, e a crise econômica e política atual. Eu penso que se esta crise se aprofunda realmente pode haver explosões populares, pode haver um aumento de comportamentos anômicos gerados pela crise: saques a supermercados, etc, etc. Uma certa violência social mas não necessariamente de inspiração política. Eu não creio, por outro lado, que seja esta a situação mais favorável para o avanço da luta contra o racismo. Por quê? Porque numa situação de crise como essa as prioridades passam a ser outras. No momento, a prioridade no Brasil é a luta contra a inflação. E todos nós sabemos que isso não está dando certo e ao mesmo tempo essa prioridade nacional de hoje está tendo custos sociais elevadíssimos. Ou seja: a dívida social brasileira não está sendo saldada ou resgatada. Eu sempre vejo que a questão racial acaba sendo uma das últimas prioridades. Numa situação difícil, onde as coisas mais elementares em termos de políticas sociais redistributivas não estão sendo enfrentadas, me faz pensar que deslocar a questão racial para uma posição prioritária na agenda de questões nacionais seja um pouco difícil. Acho que numa situação de abertura política ou de vigência de instituições democráticas com crescimento econômico consti-

tui-se um panorama mais favorável para que as reivindicações sobre esse tema – que não é prioridade nacional – possam ser levadas adiante.

Eu não tendo a concordar com os prognósticos de que a década de 90 venha a ser uma década de conflito racial aberto no Brasil. Eu não acharia ruim que aumentassem algo as formas não-violentas de conflito em torno dessa questão. Necessariamente o aumento do conflito chama a atenção e alerta diferentes setores da sociedade brasileira para a existência do problema. Mas não tendo a concordar com esse tipo de prognóstico. Por outro lado, acho que o Brasil deveria pensar seriamente no que está acontecendo no resto do mundo hoje em dia, que é esse explodir de conflitos étnicos... Eu não sou um bom analista político para essas questões, mas acho que o que está ocorrendo no resto do mundo merece atenção. A desagregação da União Soviética, o problema da desagregação da Iugoslávia, toda essa exacerbação de conflitos étnicos no resto do mundo chama a atenção para a existên-

cia de conflitos que se encontravam em estado latente e de repente explodem [ver a propósito deste aspecto, o texto seguinte, uma entrevista com o antropólogo Rubem César Fernandes sobre os conflitos étnicos no Leste Europeu e na ex-URSS]. Bom, eu penso que, já num raciocínio mais abstrato, afastado dos fatores da conjuntura imediata dos anos 90, essa estrutura objetiva de desigualdades raciais configura um fator de conflito latente na sociedade brasileira. E eu diria mais. As elites brasileiras até agora têm sido muito eficientes ou eficazes no sentido de manter esse conflito apenas no seu estado latente. Pode ser que em algum momento posterior, não sei quando, essa contradição da sociedade brasileira que está aí presente no plano objetivo e que representa um conflito em estado latente possa sair do estado de latência. Quando isso irá acontecer e se irá acontecer realmente eu não sei, não tenho bola de cristal nem sou um analista político arguto para fazer esse tipo de predição.



Nando Neves/Imagens da Terra

DORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

QWAHGUARANILGVIXHERPSNX
JIRBCITSFNANOMAMIMQSAT
OQPATAXÓJHEHDGCTIKUNAPZ
GDTEYHDTUKANOEKCFTHGSR
LHOHPEUYTVZCAXQFSBARÉDT
CFDKAYAPÓJHCNAPURINÁFVC
YORGANIZAÇAOBWINDIGENAG
LKIMJMUNDURUKUGVDJNKMS
HKULINAUHGFRSMKUXIUHVS
VCBWAPIXANAJZFEWQOIUNK
VCXDFREOKLIPANKARARUQAC
ZXDUBHGTCDGUAJAJARANAW
MNMHUXAVANTEQEWJNKOVFC

É uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que debate, informa as questões ligadas à causa indígena brasileira.

Onde adquirir:

Ed. Venâncio III sala 310 ou
Caixa Postal, 03679
70082 - Brasília - DF
Tel.: (061) 225-9457

Faça sua assinatura:

Assinatura anual: Cr\$ 5.800,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 7.000,00
Exterior: Am. Latina: US\$ 30,00
Outros: US\$ 60,00



Assine Vermelho e Branco

Faça uma assinatura anual do VERMELHO E BRANCO, enviando cheque nominal ao ISER, no valor de:

NACIONAL Cr\$ 2.800,00
EXTERIOR US\$ 20,00

ISER:

Ladeira da Glória, 98
22211 - Rio de Janeiro - RJ
ou pelo Tel.: (021) 265-5747

Os ventos do Leste Europeu sopram sobre o Brasil

Depoimento de Rubem César Fernandes a Ricardo Tavares

Antropólogo e “polonista tupiniquim” – como já se autodefiniu uma vez – Rubem César Fernandes é pesquisador do Instituto de Estudos da Religião (Iser) e, depois de viver e estudar na Polônia, tem se dedicado nos últimos tempos a fazer uma ponte entre o Brasil e as transformações que desde o início dos anos 80 vêm ocorrendo no Leste Europeu e na União Soviética. Mais do que uma entrevista, o que se segue é resultado de uma conversa exploratória, onde o ponto de partida foi a perspectiva de pensar, tentativamente, o que as mudanças no mundo socialista têm a dizer hoje para aqueles que agem no sentido de promover mudanças no Brasil, com foco especial para as questões étnicas do caldeirão racial e religioso do Leste e do Brasil. A seguir, os principais pontos da conversa.

Marxismo e nacionalidades

“As mudanças no Leste podem arejar o Brasil? Podem arejar a esquerda no Brasil. Como isso se reflete depois na sociedade brasileira é bem mais complicado, uma coisa mais para especular. Quanto à esquerda, trata-se de rever como o marxismo lidou com a questão nacional. Porque essa questão foi central na história do marxismo.

“A primeira língua em que *O Capital* de Marx foi traduzido foi o russo. Foi traduzido pelos chamados populistas russos. Entre eles, a identidade nacional,

o escravismo e o pan-eslavismo eram questões candentes. Eles trabalhavam a diferença russa. Era uma coisa de contrastar a Rússia, enquanto povo e cultura, com o Ocidente, de onde viriam o racionalismo, o individualismo, o capitalismo.

“Com a crise do populismo e em ruptura com ele nasce o marxismo. Mas a questão nacional estava lá. No Congresso de 1903, que é o congresso que forma o partido bolchevique, com a cisão bolchevique-menchevique, a questão é posta por uma corrente judaica – os judeus eram muito importantes no mundo marxista, eram um grupo mais intelectualizado marginal, perseguido e internacionalista. Um grupo judeu organizado no Bund propôs que o Partido Social Democrata Russo fosse organizado em termos federais, ou seja, que se reconhecessem autonomias por nacionalidade no interior do partido.

“As correntes dominantes, tanto bolchevique quanto menchevique, recusam e afirmam a idéia de que o partido, justamente por ser proletário, é internacional, não pode se dividir por nacionalidade. Há uma cisão e o pessoal do Bund vai embora. Mas a questão continua presente e a solução leninista será dada na fórmula: o Estado é multinacional, o partido é internacional. A Constituição soviética, desde a primeira de 1922, que formula o primeiro Tratado da União, e até sob Stalin em 1936, é uma Constituição superdetalhada em termos de questões de autonomia nacional. Chama-se União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A arquitetura bolchevique

“A Bielo-Rússia não existia como nação, não existia uma língua bielo-russa. Existia uma diferença lá para trás, do que viria a ser a Bielo-Rússia com a Rússia. Então os lingüistas bolcheviques criam uma língua padrão da Bielo-Rússia. Havia variações de dialetos, não existia uma literatura bielo-russa. Eles criam tudo isso e formam escolas onde as pessoas vão aprender a sua nacionalidade bielo-russa, porque tem que ter um Estado nacional. A mesma coisa na Ásia Central. Eram povos nômades, que tinham uma definição étnica mas não tinham uma definição por delimitação de território e muito menos por diferença nacional. Em geral são turcos, muçulmanos e alguns persas. Havia diferentes tribos. No Casaquistão, por exemplo, os casaques eram tribos nômades. O Estado socialista cria nações. Com isso divide esse povo todo muçulmano em várias nações, cada uma com a sua república, cria língua escrita, o que passa por vários estágios. Aproveitam primeiro o alfabeto árabe, depois passam para o latino, que era visto como um sinal de progresso, uma coisa mais avançada. Sob Stalin vira o sirílico, que era o alfabeto russo – os alfabetos mudam várias vezes, houve um trabalho lingüístico enorme, que nem o Summer Institute faz no Brasil com os índios, criando

alfabetos escritos a partir de línguas faladas.

‘Sob Stalin, ele andou trocando nações de um lado para o outro. De montão. Ele puniu vários povos. Se não me engano, foram seis nações enquanto nações consideradas culpadas de traição durante a II Guerra Mundial. Como punição, mandou para Ásia todas elas. Então, translada-se uma nação inteira. Foram os tártaros da Criméia, os alemães do Volga, um povo montanhês da Geórgia muçulmano-turco (quando o Eixo invade pelo lado da Turquia, os caras acham ótimo, estavam se aproximando do povo deles). Eles são transladados para a Ásia Central, onde eles foram mal recebidos e há conflitos até hoje.

“Há essa coisa de punir povos inteiros, transladar povos inteiros. Foram muitas as violências feitas nesse processo e o que tem de história para contar e acerto para fazer não só de todos contra o centro, porque o centro é o culpado de tudo, porque era só ele que mandava e todo mundo ficava contra, mas também uns contra os outros, porque de repente tem um povo que invadiu aqui, outro ali, etc.

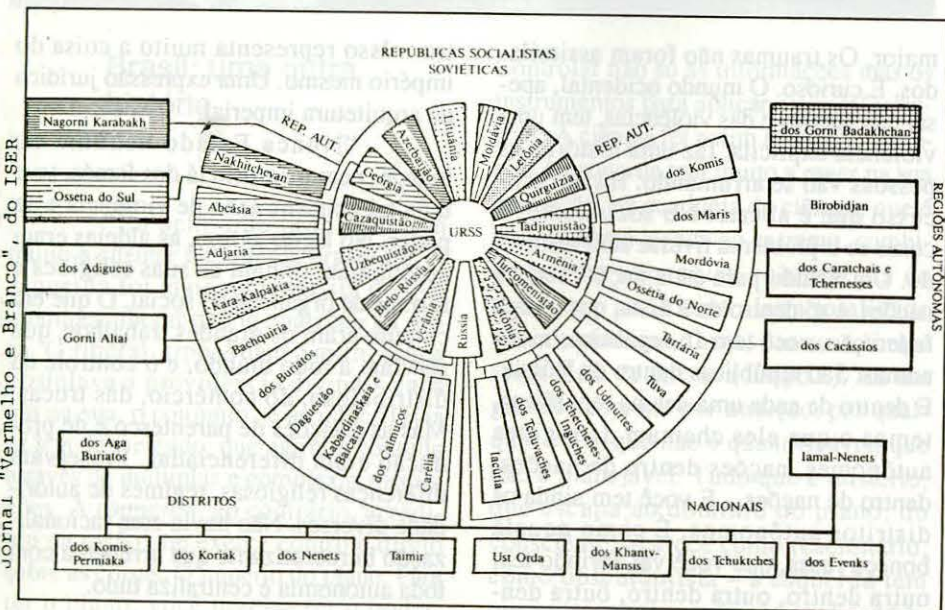
“Quando destampou, estava tudo controlado com muitos grilos. Então, a situação hoje está uma loucura de questões para resolver, que fazem ao mesmo tempo um movimento de liberdade muito impressionante e por outro um processo supercontraditório.

A modernização racional-burocratizante

“Os bolcheviques deram forma radical e socialista ao movimento de modernização racionalizadora da sociedade. Havia a crença nas leis, nos Estados nacionais-legais e tudo que vai junto com isso: escola, etc. Enquanto que no PC não. O partido é proletário, então ele é universalista. No partido todos são iguais, não importa sexo, nacionalidade, cor, a língua que fale. No partido rege o centralismo democrático. Todos são iguais, obedecem a mesma regra, não importa diferenças de outro tipo.

‘Como acabou se configurando a história? Sendo o partido o órgão dirigente de todos os Estados soviéticos, ele era a força dominante em todas as nações da União. A literatura produzida era a mesma, marxista-leninista, que o partido fazia circular nas várias línguas. É como se fosse o extremo do formalismo. A forma pode ser diferente, mas o conteúdo deve ser o mesmo: marxista-leninista. E esse conteúdo comum é o mesmo porque, segundo rezava a doutrina, o fundamento da sociedade é a relação entre capital e trabalho.

“O momento forte de construção da União foi a Segunda Revolução, a coletivização do campo sob Stalin, a partir de 1929. A coletivização do campo representou para as nacionalidades uma coisa violentíssima, porque significava transformar num padrão único as relações de trabalho e familiares, que eram muito diferenciadas por etnia, por grupo e por nação. Este padrão único era a tal da fazenda coletiva. No Casaquistão houve mais de 1 milhão de casaques mortos neste processo. Eram grupos tribais nômades, que primeiro deviam ser sedentarizados, para depois virar operários. Para colocá-los em uma fazenda coletiva, tem de pegá-los, instalá-los em um lugar só, para aí transformar totalmente o estilo de vida, em fábricas camponesas, as fazendas como empresas. Nesse processo aí, a violência que se cometeu foi enorme. Havia toda uma cultura camponesa, estruturada em torno da família extensa. Essas relações familiares também foram destruídas com a coletivização. Krushev deu números de



10 milhões de mortos nesse processo de coletivização. Os historiadores estatísticos estimam 16 milhões de mortos.

"A socialização do campo representou também uma violentação de relações pessoais, de tradições, de família, de autoridades. Barra pesada. A mesma coisa ao nível das crenças. É uma região que tem diferenças religiosas profundas. Você tem muçulmanos (sunitas, xiitas). O Corão fica ilegal. As pessoas têm de ser educadas a partir de um princípio "científico"... Então a ciência é contra as crenças muçulmanas, as crenças da Igreja Ortodoxa, do mundo católico, do mundo protestante (porque tem alemães lá também, há os luteranos). Os lituanos são católicos e os ucranianos são católicos de rito oriental...

"No limite, diferenças nacionais não tinham significação. O conteúdo era o mesmo em toda a parte, e a diferença ficava reduzida a uma pura forma. O drama soviético está numa União artificial, na qual nenhuma nacionalidade se reconhece, nem mesmo a russa.

"É o fracasso não apenas do internacionalismo, mas de toda uma visão racionalizadora burocrática. Porque eles têm direito a se libertar do Estado soviético. As repúblicas que agora se tornaram independentes usaram de um direito constitucional. Pela Constituição soviética, cada república tem o direito de sair quando quiser. O problema é que a *decisão* de romper com a União não fazia sentido na ótica universalista do partido.

"A ciência é marxista. Como o conteúdo a ser ensinado nas escolas é o conteúdo científico, a religião fica proibida. Não há educação religiosa. A primeira violência contra a Igreja foi ainda com Lênin. No começo dos anos 20, Lênin expropria os objetos litúrgicos da Igreja Ortodoxa para ajudar a pagar os custos do Estado. Era um período de crise financeira violenta. Então, para combater a fome e a miséria, expropriaram os objetos rituais dos ortodoxos. É como se entrassem nas casas de candomblé e levassem tudo quanto é *assentamento* para fazer caixa do Estado... É de uma violência simbólica tremenda. A violência simbólica, a violência física, a violência ao nível das relações sociais foi imensa. Agora, quando a coisa destampou, volta tudo, com uma força muito



maior. Os traumas não foram assimilados. É curioso. O mundo ocidental, apesar das guerras e das violências, tem uma violência explícita, faz uma história, as pessoas vão se arrumando. Há um processo que é aberto. No socialismo, é como se o problema tivesse sido resolvido. Um Estado para cada nação, são 15 nações, e só dentro da Rússia, que é uma federação, você tem 16 repúblicas autônomas. São repúblicas dentro da Rússia. E dentro de cada uma dessas repúblicas, temos o que eles chamam de regiões autônomas, nações dentro de nações, dentro de nações... E você tem ainda os distritos autônomos. É como aquela boneca russa, que você vai abrindo tem outra dentro, outra dentro, outra den-

tro... Isso representa muito a coisa do império mesmo. Uma expressão jurídica da arquitetura imperial.

"Nunca Estado nenhum no mundo, nem o egípcio lá dos faraós, teve uma tal concentração de violência e de poder. No Egito antigo, as aldeias eram autônomas, tinham as suas religiões e formas de organização social. O que era comum eram os grandes trabalhos, que serviam a todo mundo, e o controle da distribuição, do comércio, das trocas. Mas as relações de parentesco e de produção eram diferenciadas. Preservam diferenças religiosas, regimes de autoridade diversos. Não havia essa racionalização burocratizante que arrebenta com toda autonomia e centraliza tudo.



Brasil: uma outra história

"Eu acho que tudo isso tem muito a ensinar à esquerda brasileira. A esquerda foi mais racionalista do que qualquer liberal que já apareceu na terra. O liberal, tipo Adam Smith, ainda postulava a providência divina – cada um na sua, o conjunto se arruma. Havia as leis de mercado, que agiriam contudo através de múltiplas e complexas mediações. A esquerda, ao contrário, acreditou na razão que exerce controle direto sobre as coisas. O império do plano. Para ter o plano, você precisa ter o poder.

Controlar não só as informações mas os instrumentos para aplicar essas informações. A ciência foi enfim associada à tirania. A esquerda tem muito a rever na sua formação, na sua idéia de ciência, que é uma variante levada ao extremo, combinada com uma coisa voluntarista de achar que pode controlar a totalidade social, planejar, fazer, passar a limpo (essa idéia de passar a limpo...). Há um grande desprezo por tradição, por qualquer coisa que não é quantificável, que não é planejável. Tudo que é mistério, que escapa ao domínio do plano, do consciente, aparece como reacionário, como obscurantista – a esquerda tem que redescobrir o quão racionalizadora,

secularizante e materialista ela é. É o extremo materialismo.

"Há uma diferença crucial em relação ao Brasil. Na Europa, diferenças culturais, de tradição, de crença, estão associadas a identidades coletivas – identidade nacional sobretudo. Isso tem uma história, uma história dos tempos modernos, que em alguns lugares é super-recente, é século XX, mas que vem lá dos finais da Idade Média. Passa pela reforma, as guerras religiosas e acaba como uma solução *sui generis*: *cuius regio eius religio*, a cada região a sua religião. Foi a idéia de que para acabar com as guerras religiosas era preciso reconhecer que cada região tinha autonomia para escolher a sua religião. A cada território, o seu povo, a sua religião, o seu Estado, a sua soberania. Essa é uma fórmula européia que tem uma história pesada por trás dela e que está explodindo ainda hoje. Por exemplo, na Iugoslávia. O problema é que tem a Sérvia, tem a Croácia, um é ortodoxo e outro é católico. Mas tem muito sérvio dentro do território croata, não dá para separar os povos pelos territórios. Se desse, era moleza, ficava um atirando de um lado e o outro do outro lado da fronteira. Mas a história foi misturando os povos pelos territórios, e ainda o faz hoje, com as migrações para trabalho.

"Essa associação tão profunda com identidade é uma experiência diferente da nossa. Porque tanto na América do Norte quanto na América do Sul você tem a história das colonizações. Vieram povos de muitos lugares, para ocupar um único espaço social. Então não dá para separar nem nos Estados Unidos nem aqui, no interior de um estado um território, e para cada território uma nação. Acontece que na América do Norte prevaleceu o espírito analítico dos protestantes. Os protestantes, quando encontram algum problema, pensam logo em separar e criar outra Igreja. Isso acabou em separações por bairro, como se separasse um espaço mínimo dentro da cidade, em cada bairro uma mininação, um grupo étnico. Mas no Brasil é impossível você separar por território. Onde você vai, a não ser em casos extremos, tem sempre uma diversidade de religiões, de raças, de histórias, de origens...

"O racismo no Brasil não se exerce pela segregação, ele se exerce na

mistura. Dentro de uma mesma família você tem um mais claro e um mais escuro. O mais escuro é discriminado. A família dá força para o mais claro, porque sabe que o escuro tem menos chance. Mas são irmãos, ou então são vizinhos ou da mesma Igreja. Você tem no Brasil muito negro católico, muito negro protestante, muito branco em candomblé (está cheio de alemão de olho azul falando iorubá...).

"No Brasil, temos um Estado que é nacional mas tem muito pouca presença institucional na vida das pessoas. A cidadania ainda não foi estabelecida para a vasta maioria das pessoas. A presença do Estado se dá em partes: todo mundo sabe o que é uma carteira de trabalho, o que é dinheiro. Muda a lei salarial a toda a hora e as pessoas acompanham... Neste sentido, há uma cidadania, mas ela é muito parcial e parcializada. Vastas dimensões do direito não existem para quem é pobre nesse país. É um Estado nacional de pouca credibilidade... Eu acho que só quem acredita em 'Nação Brasileira' é a Igreja, o Exército e uma parte da esquerda estatista. Porque o resto do pessoal é brasileiro, mas naquela base do Caetano: a banca de jornal tem de tudo... A identificação com o Estado nacional é tão diferenciada que a identidade passa para o segundo plano. Prevalece a dupla pertença: ser católico e ir ao candomblé. Gisele, mãe-de-santo da Baixada, é francesa e é uma mãe-de-santo de respeito, do candomblé de Angola. Escreve, faz escola, as pessoas vão lá, batem cabeça, reconhecem a autoridade de Gisele. E a mulher é francesa... Isso é impensável para um europeu do Leste. Lá, a cada região e cada povo, a sua religião e a sua soberania...

Identidade e anti-racismo

"Aqui no Brasil a história é outra. Neste ponto há um problema posto para o movimento negro, que tende a enfrentar o racismo como um problema de identidade.

"Apesar de tudo, quero crer que o Brasil está bem situado culturalmente para o mundo do século XXI – o mundo da comunicação, onde os territó-

rios são atravessados por trocas de múltiplas dimensões (a televisão, as migrações, as viagens, os capitais...). Onde as populações, as origens, as histórias se cruzam e se combinam.

"Você entra no metrô hoje em Paris e o que você menos houve é francês. A extrema direita reage horrorizada, mas o fato social é fundamental. Não dá mais para a França ser dos franceses. Há uma diversidade de línguas e de culturas que a penetra profundamente.

Penso naquela história do conflito nas escolas, das meninas com o véu cobrindo o rosto... E aí a maior crise... A escola é laica, todos têm de ser iguais... 'Mas eu não sou igual, eu sou muçulmana, ora.'

"Em Nova Iorque, com espantalho você se vira numa boa. Essa é a realidade de um mundo que já não é o do século XIX, não é o mundo do Estado-nação. Existe e importa o Estado-nação, é claro, mas ele foi relativizado pela dinâmica das comunicações.

Manifestação em 11 de maio de 1988
no Rio: religiosidade e política



Jota Correia/AJB

É complicado responder ao clamor de justiça com uma proposta centrada na questão da identidade

"Há uma coisa potencial interessante aqui. O problema no Brasil é que essa capacidade de lidar com a diversidade é combinada a um estilo de discriminação violento. São as pequenas violências. Diverso da África do Sul, onde estão brancos de um lado e negros do outro. É um tiroteio cotidiano. É um racismo difícil de lidar, que escapa assim que você o agarra.

"Eu desconfio das soluções que se apegam à identidade. Porque, justamente, ocorre um processo de complexificação dessas identidades, de multiplicação das identidades, de multiplicação das referências e dos pertencimentos. E então, como pensar uma política cultural, um tipo de trabalho que não caia no

beco sem saída das identidades pretensamente exclusivas?

"No Brasil, se você vai pela cor, o gradiente é enorme; se vai pela história, a história já deu muita volta; se vai pela religião, também fica difícil. Então você não fecha, você fica com o discurso. Mas ao mesmo tempo, o racismo existe, a discriminação existe, a memória existe. Ninguém vai esquecer que houve escravidão. Enquanto existir Brasil, a escravidão vai estar lá, esquentando a memória e clamando por justiça.

"Eu acho complicado responder ao clamor com a promessa de uma nova identidade. Estou mais interessado em clamar pelos valores que nos movem. Os valores são anteriores à identidade. Não se esgotam na política ou na auto-afirmação. Não têm cor, ou têm cor em outro plano. O candomblé não é negro. É vermelho, é branco, é amarelo-ouro. As cores estão todas lá, e são as cores da luz, do axé, da força vital. Transcende essa história miserável de quatro séculos. Esses valores são anteriores a ela e são mais profundos. E se você tem valor profundo no candomblé, ele se abre para todos os povos.

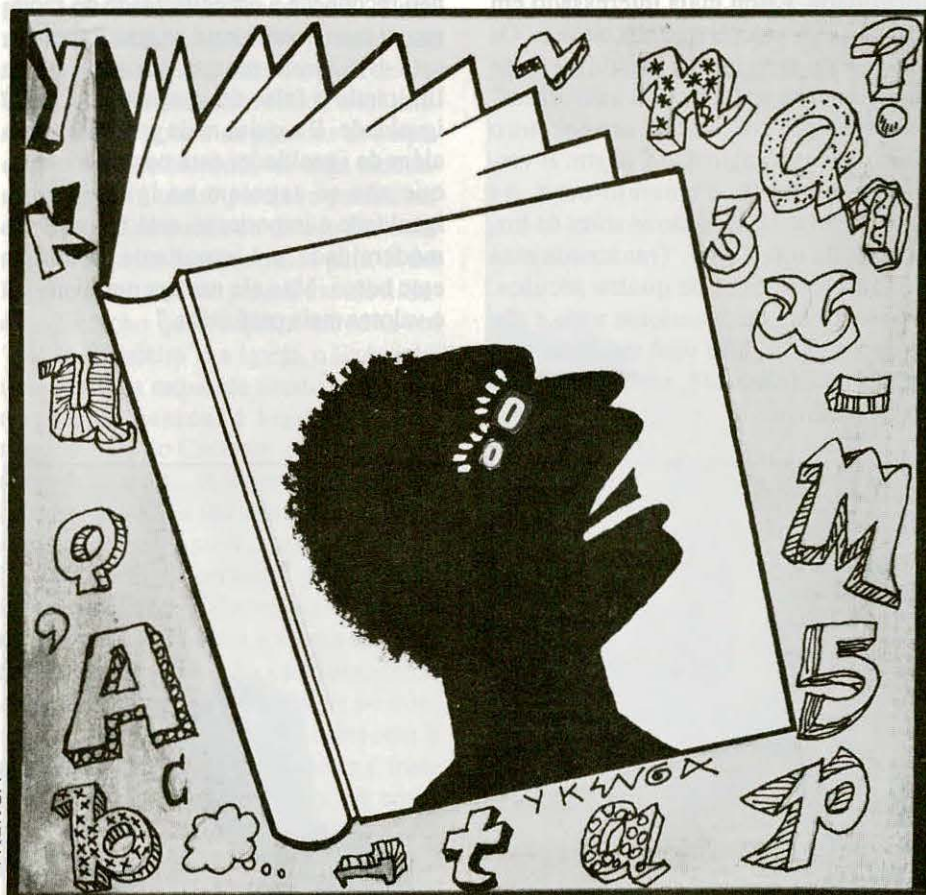
"Acho que a gente está entrando num tempo que está além do movimento negro também. Ser negro não basta. Há valores mais fundamentais que vêm de uma história do povo negro no Brasil, que apontam para além da história, para além dos negros, e que traz coisas para a humanidade inteira. É o sentido de liberdade, contra a escravidão. É o sentido de dignidade. São valores fundamentais. Há valores nessa história que o povo negro carrega que são maiores que ele.

"Enquanto o movimento negro criticar a esquerda apenas porque ela não reconhece a especificidade do racismo, o movimento está exigindo pouco, está criticando pouco, porque está se limitando a falar de igualdade, a pedir igualdade. E a coisa mais profunda, para além da igualdade, está nas diferenças, que não se esgotam na igualdade. A igualdade é importante, está no barco da modernidade, e é importante assimilar esse barco. Mas ele navega por histórias e valores mais profundos."



Cabeça de negro e de índio

Da redação



A bibliografia sobre a questão dos povos indígenas e sobre a questão racial no Brasil é uma literatura em construção, a exemplo da produção de imagens (ver o próximo artigo, na seção "Vídeo"). Sobre a questão indígena, indicaríamos três periódicos muito importantes para acompanhar as lutas e as formulações dos novos movimentos sociais indígenas e das entidades que os apóiam: *Porantim*, jornal mensal publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Ci-

mi), *Resenha e Debate*, editado trimestralmente pelo Projeto de Estudos sobre Terras Indígenas (Peti) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da UFRJ, e o *Boletim Jurídico da Comissão Pró-Índio*, de São Paulo.

Sobre a questão do racismo, embora haja coisas importantes antes dessa data (vamos citar algumas delas), o ano de 1988 marcou um aumento significativo da produção teórica sobre as rela-

ções raciais no Brasil. Diversas contribuições, com diferentes enfoques, podem ser obtidas na coleção da revista *Estudos Afro-Asiáticos*, editada pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, localizado no Rio de Janeiro. Os números de 14 a 20 desta revista, envolvendo edições de 1986 até 1991, tratam invariavelmente da questão do racismo no Brasil e podem ser uma fonte de consulta bastante útil para quem deseja uma primeira aproximação com o tema, ou mesmo um aprofundamento.

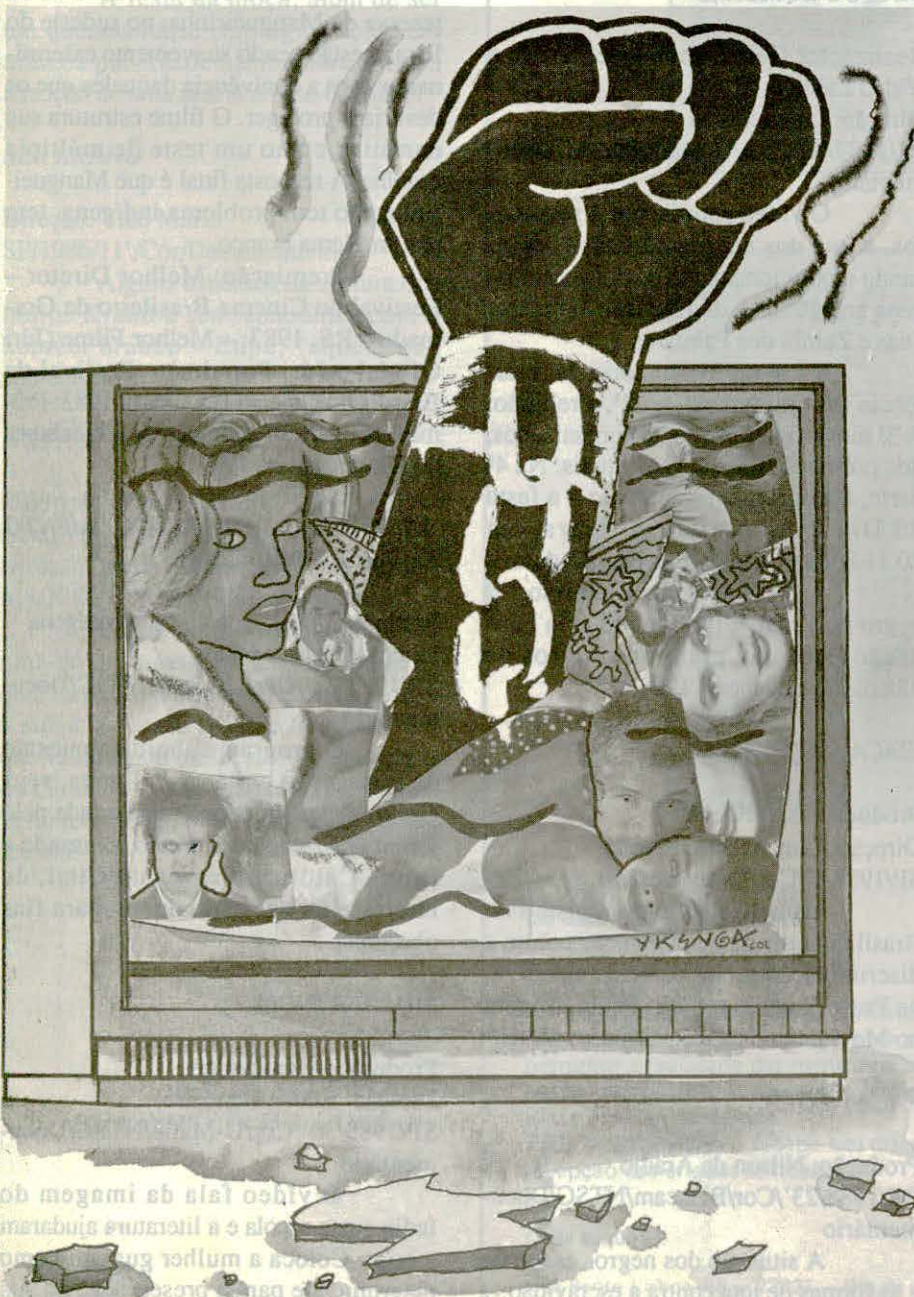
Um estudo já clássico desta temática, indispensável aos interessados, é o trabalho de Florestan Fernandes: *O Negro no Mundo dos Brancos* (São Paulo, Difel, 1972). Foi um dos trabalhos pioneiros e representa uma importante contribuição deste sociólogo e hoje deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo para o debate sobre as relações raciais no Brasil.

Outro trabalho significativo que surgiu nos últimos anos, principalmente pelo seu caráter pedagógico e por ser útil para a iniciação de novos interessados no tema, é o volume *O que é racismo*, de Joel Rufino dos Santos, publicado na coleção "O que é", da editora Brasiliense.

Para quem quer conhecer o racismo brasileiro em dados o trabalho de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, *Estrutura Social, Mobilidade e Pobreza* (São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj, 1988) pode oferecer informações detalhadas. Já *Fala, Crioulo* (Rio de Janeiro, Record, 1982), de Haroldo Costa, é acima de tudo uma coleção de relatos de negros de diferentes posições sociais que falam da experiência de ser negro no Brasil, um país racista. É um trabalho pioneiro e muito significativo.

Negros e índios: imagens em construção

Mabel Faria de Melo*



A abordagem da problemática dos grupos étnicos é tardiamente incorporada no universo de significados da produção dos vídeos populares.

O ano de 1988 pode ser considerado um marco na produção de vídeos que discutem a questão do negro no Brasil, enfocando principalmente os aspectos religiosos, históricos, poéticos e a discriminação racial. O crescimento desta produção está diretamente relacionado a ação de vários grupos do Movimento Negro, em maio de 88, nas principais cidades do país, denunciando os 100 anos da Abolição como uma farsa e chamando a atenção para a situação do negro no Brasil.

No que diz respeito à questão indígena, a produção de vídeos alternativos é ainda mais precária, o que nos diferencia do restante da América Latina, onde há uma grande produção retratando a realidade das culturas indígenas, com difusão periódica até em canais de televisão.

Entre nós ainda há um vasto campo a explorar, não só no sentido de produzir materiais que chamem a sociedade para discutir a situação atual das populações indígenas – expulsas de suas terras e exterminadas por doenças transmitidas pelos brancos – como resgatar essa cultura que desconhecemos, mas que faz parte de nossas raízes e do nosso presente.

Algumas experiências têm mostrado como o vídeo pode ser um instrumento importante no resgate desta cultura. Por solicitação dos próprios índios, foi feito um trabalho de produção e capacitação entre os xavantes, pelo Centro de Trabalho Indigenista e pela Universidade de São Paulo, para ajudar que eles assegurassem a reprodução de sua cultura, passada de geração em geração através da história oral. O objetivo era de que através do conhecimento das técnicas do vídeo os índios pudessem gravar depoimentos dos mais velhos, impedindo que com sua morte este saber se diluísse.

Apresentamos aqui alguns destes vídeos. Esta seleção é parte de um acervo mais amplo que ainda não se

* Do Setor Audiovisual da FASE.

encontra totalmente reunido em fontes acessíveis ao público em geral.

CULTURA NEGRA

A FUNDAÇÃO DO BRASIL

Direção: Mo Toledo

Produção: Gira Filmes

SP/1980/8'/Cor/Ficção/Animação

Uma sátira bem-humorada sobre as relações de trabalho: entre brancos, índios e negros, na época da colonização. O índio resiste à sedução do branco e o negro é sempre escravo. Presos, índios e negros fantasiam uma sessão antropofágica, onde o branco é a vítima.

– Premiação: Melhor filme de animação Experimental – Jornada Brasileira de Curta Metragem, Salvador – BA – 1980; Melhor Desenho Animado – Festival do Novo cinema Latino Americano, Havana – Cuba, 1981.

DE OLHO NO PRECONCEITO

Realização: Fulvia Rosemberg

SP/1985/15'/Cor/U-Matic/NTSC/Reportagem

A discriminação sexual e racial nos livros infanto-juvenis.

– Prêmio Estímulo para Roteiro, Secretaria da Cultura, São Paulo, 1985.

DIAMANTE NEGRO, O

Produção: Enúgbarijo Comunicações

Direção: Victória B. Santos e Aduino de Souza Santos

RJ/1985/17'/Cor/VHS/NTSC/Reportagem

Como estão os negros na Nova República? A riqueza das culturas e a repressão que as cerca.

MAPUTO MULHER

Direção: Mario Borgneth

Moçambique/1984/23'/PB/Ficção

O filme demonstra os conflitos vividos pela mulher moçambicana para afirmar seu novo papel no tradicional e no novo, que se confrontam para gerar uma nova mulher.

MULHERES NEGRAS

Produção: Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) e Olhar Eletrônico

Direção: Márcia Meirelles e Silvana Afram

SP/1986/23'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário

A discriminação racial é abordada através das experiências vividas no dia-a-dia pela mulher negra.

– Segundo lugar U-Matic, I Festival Vídeo Mulher, 1987.

NEGRO NO BRASIL: DIAS OU ZUMBI?, O

Realização: Geraes Produções Audio e Vídeo Ltda.

Direção: Lucia Murad

RJ/1989/39'/Cor/U-Matic/Pal-M/Documentário

O vídeo aborda, em 4 segmentos, a luta dos negros no Brasil, enfocando o posicionamento de dois personagens antagônicos da História: Henrique Dias e Zumbi dos Palmares.

Na 1ª parte a história da resistência (os quilombos); na 2ª, a religião. A 3ª mostra os movimentos organizados, dos pré-abolicionistas aos atuais. Na 4ª parte, a alegria do movimento – a festa do Dia da Consciência Negra, em 20.11.88, na Serra da Barriga, Alagoas.

– Vencedor do concurso “O negro no Brasil”, promovido pela Fundação Ford que premiou roteiros de vídeo. Rio de Janeiro 1988.

RAÇA NA PRAÇA

Produção: LAPFILME

Direção: Luis Alberto Pereira

SP/1987/6'/Cor/Documentário

Uma discussão do racismo no Brasil, a partir da manifestação contra a discriminação racial ocorrida em 1978, na Praça Ramos, em São Paulo, origem no Movimento Negro Unificado, MNU.

RAÇA NEGRA

Produção: Nilson de Araújo

DF/1988/23'/Cor/Betacam/NTSC/Documentário

A situação dos negros escravos e as formas de luta contra a escravidão. O trabalho moderno e a escravidão. As

diferentes formas de discriminação. Alternativas para a questão racial.

– Tatu de Ouro – Jornada da Bahia – 1988 – Melhor Vídeo – Jornada do Maranhão – 1988.

ÍNDIO

MATO ELES?

Direção: Sérgio Bianchi

Produção: Sérgio Bianchi Produções Cinematográficas

SP/1983/33'/Cor/Ficção/Documentário

De como os últimos índios da reserva de Manguetinha, no sudeste do Paraná estão sendo suavemente exterminados com a convivência daqueles que os deveriam proteger. O filme estrutura sua narrativa como um teste de múltipla escolha. A resposta final é que Manguetinha não tem problema indígena, tem um problema branco.

Premiação: Melhor Diretor – Festival do Cinema Brasileiro de Gramado – RS, 1983; – Melhor Filme (Júri Oficial e Júri Popular) – Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, 1983; Prêmio São Saruê-Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro 1984.

MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS INDÍGENAS?

Produção: Núcleo de Cultura Indígena

Direção: Celso Maldos

SP/1987/22'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário

O programa aborda a questão da mineração em área indígena, seus efeitos e também a polêmica criada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, acusando a Igreja Católica através do Cimi, de interesse na questão mineral para fins obscuros.

MULHER ÍNDIA

Produção: Montevideo

Direção: Eliane Bandeira

SP/1985/30'/Cor/U-Matic/NTSC/Documentário

O vídeo fala da imagem do índio que a escola e a literatura ajudaram a criar. Coloca a mulher guarani como determinante para a preservação da sua cultura, do lugar e da religião.

ALGUMAS EXPRESSÕES IMPERTINENTES & PRÉ-CONCEITUOSAS

(COM COMENTÁRIOS APROPRIADOS)

NÉGO QUE NÃO SUJA NA ENTRADA

000



(TAMBÉM NÃO SUJA NA SAÍDA - ALIÁS, É EM GERAL QUEM TEM DE LIMPAR A SUJEIRA DOS OUTROS)

A SITUAÇÃO TÁ PRETA

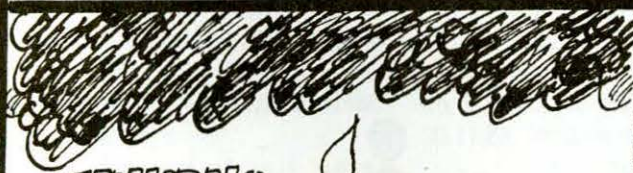


(SE FICOU ASSIM PELAS MÃOS DE QUEM DIRIGIU, TÁ BRANCA!)

NOSSO FUTURO É NEGRO



(NEGRO, INDIO, MULATO, CAPUSO, BRANCO, AMARELO ETC ETC - ENTÃO VAI MELHORAR!...)



NUVENS
NEGRAS!



(PODE NÃO DAR PRIMA,
E DAI?)



- ENFIM,
HÁ OUTRAS,
MUITAS
OUTRAS
FRASES E
EXPRESSÕES
COMO
ESTAS...



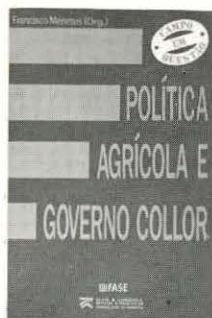
- POR
EXEMPLO...
HAN...
DEIXE VER...



- RAPAZ,
ME
DEU
UM
BRANCO!...

upm

LANÇAMENTOS



2.200,



1.300,



1.300,

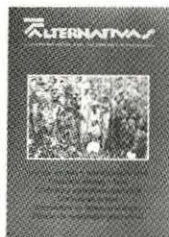


AS-PTA ■ ASSESSORIA E
SERVIÇOS A PROJETOS EM
AGRICULTURA ALTERNATIVA

A **AS-PTA** — Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa — é uma Organização não Governamental (ONG) sem fins lucrativos cujo propósito é promover um modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil nos marcos da agroecologia e apoiado nos pequenos e médios produtores rurais.

A **AS-PTA** tem um serviço de publicações para a difusão de análises, técnicos e métodos ligados a agroecologia e aos pequenos e médios produtores rurais.

Últimos lançamentos:



Pedidos para:

AS-PTA
Rua Bento Lisboa, 58 — 3º andar
22221 — Rio de Janeiro — RJ

VIDAS EM RISCO ASSASSINATOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Um levantamento dos casos de morte violenta de crianças e adolescentes, nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, no ano de 1989, de acordo com os dados noticiados pela imprensa.

Gráficos e tabelas que mostram o perfil dos crimes, dos criminosos e das vítimas do extermínio.

Lançamento do **IBASE**, em conjunto com o **MOVIMENTO NACIONAL DOS MENINOS E MENINAS DE RUA (MNMMR)** e **NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV-USP)**.

FAÇA O SEU PEDIDO:

IBASE

Rua Vicente de Souza, 29
Botafogo - Rio de Janeiro
Cep : 22251 / ☎ 286-0348

Cr\$ 2.000,00



Escola e classes populares

A escolarização das classes populares é o próximo tema da revista **Proposta**, cuja abordagem será feita a partir de interpretações-chave apresentadas por educadores, agentes de base e alunos, envolvidos tanto com o sistema formal de ensino quanto com experiências alternativas de educação.

Estarão em pauta as políticas públicas na área da educação, dos CIEPs aos CIACs, passando por experiências populares alternativas que se institucionalizaram, como no caso das Prefeituras Municipais de Porto Alegre e de São Paulo.

A formação de professores, por dentro e por fora de organismos estatais, as escolas normais, as escolas comunitárias, os cursos profissionalizantes, os professores leigos – estes são outros aspectos da ampla discussão da escolaridade dos setores populares.

O que é ser professor hoje no Brasil? Que sentido atribuem à escola? A que necessidade atendem?

Por outro lado, qual é a significação da escola para os setores populares? E como os movimentos sociais têm trabalhado essa questão. A experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com as escolas dos assentamentos é um dos exemplos a partir do qual essa relação será trabalhada.

Quais as implicações da necessidade de universalização da escola – e de quais escolas – para a afirmação da cidadania dos setores populares?

Não deixe de ler a próxima edição da revista **Proposta**.